



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
CURSO DE GRADUAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DANIELA ALVES VIEIRA BORGES

**CONTRADIÇÕES AMBIENTAIS DA NORUEGA E IMPACTOS NO BRASIL
ESTUDO DE CASO SOBRE BARCARENA-PA**

Porto Nacional, TO

2023

Daniela Alves Vieira Borges

**Contradições ambientais da Noruega e impactos no Brasil
Estudo de caso sobre Barcarena-PA**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Porto Nacional para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Doutor Rodolfo Ilário da Silva

Porto Nacional, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- B732c Borges, Daniela Alves Vieira.
 Contradições ambientais da Noruega e impactos no Brasil estudo de caso sobre Barcarena-PA. / Daniela Alves Vieira Borges. – Porto Nacional, TO, 2023.
 64 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações Internacionais, 2023.
 Orientador: Rodolfo Ilário da Silva
1. Noruega. 2. Brasil. 3. Barcarena. 4. Responsabilidade socioambiental. I. Título

CDD 320

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).


Daniela Alves Vieira Borges

**Contradições ambientais da Noruega e impactos ambientais no Brasil.
Estudo de caso sobre Barcarena-PA.**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais foi avaliada para a obtenção do título de Bacharel e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 14/06/2023


Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **RODOLFO ILARIO DA SILVA**
Data: 16/06/2023 17:05:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Dr. Rodolfo Ilário da Silva, UFT/RI (Orientador)

Documento assinado digitalmente
 **GLEYS IALLY RAMOS DOS SANTOS**
Data: 20/06/2023 10:09:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Dra. Gleys Ially Ramos, UFT/RI (Examinadora)

Documento assinado digitalmente
 **VANILCIA CLEMENTINA DE OLIVEIRA MARTO**
Data: 29/10/2024 12:42:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Pesquisadora Ma.Vanilcia Clementina de Oliveira Marto, UFT (Examinadora)

“Somos parte da solução, mas também parte do problema.” (Leira, Torkjell)

AGRADECIMENTOS

Realizar este trabalho foi uma caminhada desafiadora, conseguir persistir e focar não seria possível sem pessoas que me aconselharam e me incentivaram. Agradeço as amigadas que fiz na Universidade, ao grupo de amigas que me acolheram do início ao fim; dias e noites em chamadas de vídeo estudando juntas me alentaram na escrita.

Agradeço também ao meu orientador, que aceitou meu tema e me guiou com paciência durante todo o processo.

Agradeço a minha família, em especial, minha irmã Nicole que me orientou com experiência dentro do mundo acadêmico.

Agradeço a amora, minha gata que me acompanhou por longos anos da minha vida, meu apoio emocional eterno.

Dedico este trabalho à causa ambiental e a todos que sofrem pelas consequências, dedico a todos os que lutam por um futuro melhor.

E por fim, agradeço a minha pessoa. Em tempos de cansaço e bloqueios na escrita, manter paciência e foco era difícil em meio as ansiedades, mas agradeço a minha vontade de continuar e não desistir.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo principal realizar uma análise política das ações externas da Noruega, de suas empresas, e seus impactos ambientais no Brasil. Realizou-se um estudo de caso sobre a atuação da Norsk Hydro em Barcarena-PA para identificar as contradições entre a política externa ambiental da Noruega e os impactos da atuação internacional de suas empresas de extrativismo natural. O tema foi abordado com base em duas obras principais: “*A luta pela floresta*” de Leira de 2020 e *Brasil-Noruega: construção de parcerias em áreas de importância estratégica* de Guimarães de 2011, que auxiliam na proposta de relacionar os jogos de interesses noruegueses à procura de desenvolvimento social e econômico no Brasil, compreendendo sua inserção ambiental e comercial. Com o acompanhamento por meio de dados fornecidos pelos órgãos governamentais e pesquisas científicas, a existência de contradição da responsabilidade socioambiental norueguesa na Amazônia Legal foi verificada. O caso de Barcarena nos permite concluir que a parceria dos dois países se insere em um panorama desigual, no qual o maior doador do Fundo Amazônia é o mesmo país cujas empresas têm histórico de impactos ambientais severos no território brasileiro.

Palavras-chaves: Noruega. Brasil. Barcarena. Responsabilidade socioambiental.

ABSTRACT

The main objective of this research is to conduct a political analysis of Norway's foreign actions, its companies, and their environmental impacts in Brazil. A case study was conducted on Norsk Hydro's activities in Barcarena, Pará, to identify the contradictions between Norway's environmental foreign policy and the impacts of the international activities of its natural resource companies. The theme was approached based on two main works: "The struggle for the forest" by Leira from 2020 and Brazil-Norway: building partnerships in areas of strategic importance by Guimarães from 2011, which help in the proposal to relate the Norwegian sets of interests to the search for social and economic development in Brazil, understanding its environmental and commercial insertion. With monitoring through data provided by government agencies and scientific research, the existence of contradiction of Norwegian socio-environmental responsibility in the Legal Amazon was verified. The case of Barcarena allows us to conclude that the partnership of the two countries is inserted in an unequal panorama, in which the largest donor of the Amazon Fund is the same country whose companies have a history of severe environmental impacts in Brazilian territory.

Key-words: Norway. Brazil. Barcarena. Socio-environmental responsibility.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Mapa da Amazônia Legal 2021.....	23
Figura 2 - Taxa de desmatamento.....	27
Figura 3 - Barragens de rejeitos de Bauxita da Alunorte.....	43
Figura 4 - Duto clandestino encontrado na região da Hydro.....	44
Figura 5 - Custo de produção média mundial de alumínio... ..	49
Figura 6 - Consumo médio de energia elétrica na produção de alumínio.....	49
Figura 7 - Subsidiária Alunorte do Norte do Brasil S.A.	51
Figura 8 - Refinaria da Alunorte em Barcarena, Pará... ..	52
Figura 9 - Problemas de pele apresentados pela população... ..	52
Figura 10 -Manifestantes em busca de justiça em Barcarena, Pará.....	53
Figura 11 - Placa informativa da Hydro Alunorte.....	55
Tabela 1 - Estrutura de empresas envolvidas na produção de Bauxita	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
PIB	Produto Interno Bruto
AML	Amazônia Legal
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite
PRH	Princípio de Responsabilidade Comum, porém Diferenciada
PRDC	Princípio da Responsabilidade Histórica
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
SIG	Sistema de Informações Geográficas
UNFCCC	United Nations Framework Convention on Climate Change
ABAL	Associação Brasileira de Alumínio
GEE	Gases de Efeito Estufa
FA	Fundo Amazônia
RIs	Relações Internacionais
COFA	Comitê Orientador do Fundo Amazônia
CTFA	Comitê Técnico do Fundo Amazônia
ONGs	Organizações não-governamentais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	ANÁLISE POLÍTICA E ECONÔMICA: BRASIL E NORUEGA	14
2.1	Ações externas norueguesas na Amazônia brasileira	15
2.2	O papel internacional da Amazônia	21
2.2.1	Natureza como aliada	24
2.2.2	PRODES: Monitoramento da Amazônia.....	25
2.3	Fundo Amazônia como objeto de análise	26
2.3.1	Fundo Amazônia dentro da política brasileira.....	30
3	TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA E QUESTÕES AMBIENTAIS	32
3.1	Perspectiva Teórica: Interdependência complexa	33
3.2	Relação de poder: Construção estratégica política	35
3.3	Statoil e Petrobras	37
3.4	Cooperação Internacional dentro do jogo de interesses	39
4	IMPLEMENTAÇÃO INDUSTRIAL NORUEGUESA E AUSÊNCIA DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO BRASIL	42
4.1	Caso Barcarena, 2018: O Chernobyl da Amazônia	43
4.2	A relevância da produção brasileira de bauxita	48
4.3	As refinarias Hydro Alunorte e Norsk Hydro no nordeste paraense ...	51
4.4	O desenrolar da crise e o panorama político pós-Barcarena	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo, por meio de uma análise política e econômica, pontuar contradições políticas ambientais da Noruega no Brasil. Suas atitudes dentro do território da Amazônia Legal chamam atenção por retratar a irresponsabilidade socioambiental constatada por suas multinacionais extrativistas, contrastando a sua política. Utilizar a Noruega como objeto de análise foi importante por se tratar de um país modelo em políticas integrativas de sustentabilidade ecológica e progresso na utilização de tecnologia verde. O país é conhecido por seu histórico de participação em acordos e reuniões ambientais, sendo signatário em tratados internacionais como o Protocolo Kyoto e o Acordo de Paris, deste modo, tem um histórico de comprometimento na responsabilidade socioambiental.

A Noruega é o principal país financiador do Fundo Amazônia, movimentando a maior parte da doação direcionada para proteção da floresta amazônica brasileira. Ativo nas causas ambientais e presente nas agendas internacionais, dialogar com suas atitudes contraditórias a discursos próprios é essencial para estudo da situação ambiental brasileira.

A questão ambiental nas relações internacionais é um tópico relevante ao estudar as interconexões de uma relação, pois se tratam de medidas ou tratados comerciais, leis e medidas ambientais que precisam ser levadas em consideração. Logo, a temática ecológica é vital na política internacional, uma vez que gera custos, e também oportunidades para os Estados e demais atores internacionais.

A metodologia da pesquisa apresenta um caráter qualitativo, desenvolvida em quatro abordagens. Utilizará uma breve revisão de literatura, embasando duas obras referenciais na temática política da Noruega e com foco na investigação do caso de Barcarena, ampliando para dispor do estudo de caso como desenvolvimento argumentativo da pesquisa. A abordagem de revisão teórica se usufrui igualmente como amostra teórica da temática dentro das relações internacionais.

Sendo assim, a teoria da interdependência complexa foi utilizada como base teórica para compreender essa perspectiva de um modo apropriado, focando nos resultados da influência que a pauta ambiental gera na disciplina de relações internacionais. Os estudiosos Robert Keohane e Joseph Nye entram com sua obra Poder e Interdependência de 1989, como bibliografia necessária para complementação de referencial teórico.

O livro *A luta pela Floresta*, de Torkjell Leira (2020), introduz narrativas históricas e importantes para a suporte ao estudo de caso analisado no trabalho, a obra expõe a das tragédias causadas pela multinacional Norsk Hydro em Barcarena no Pará, no ano de 2018. Descreve com detalhes as consequências da crise ambiental na relação bilateral com a Noruega e as tensões diplomáticas entre os dois governos, Leira (2020) fornece informações primordiais para a elaboração do questionamento sobre o quão contraditório é o comportamento da Noruega, tendo em vista sua representatividade no meio da defesa ambiental internacional.

O presente trabalho se desenvolve em três capítulos, que objetivam expressar uma sequência lógica para uma compreensão mais objetiva da temática. O primeiro capítulo fornece um contexto histórico e político, apresentando a trajetória dos acordos e reuniões principais na agenda internacional.

O segundo capítulo fornece uma complementação de uma amostra teórica da interdependência complexa relacionada com a influência mútua na relação Brasil-Noruega. Como o cenário da política ambiental pode interferir em outros aspectos essenciais da soberania de um país, já que a desigualdade da balança comercial pode ser usada como forma de impor influências por meios econômicos, a aplicação de leis ambientais surgem como permutação entre os dois países. O foco central é explicar o que no Brasil atraiu a atenção e os interesses noruegueses.

O terceiro capítulo é reservado, em princípio, ao estudo de caso da tragédia de Barcarena, Pará. Um relato de como comportamento irresponsável de empresas e do governo norueguês, sobretudo, com a legislação brasileira resultou em vazamentos de barragens de resíduos tóxicos causando a contaminação perigosa nas comunidades paraenses, na flora e na fauna. A introdução da mineradora Hydro Alunorte explica a posição da Noruega entre toda a situação, o panorama político dos dois países se encontrava em tensão diante de uma situação econômica sensível.

A partir das duas literaturas citadas e das análises realizadas ao longo do trabalho, conclui-se que a Noruega se caracteriza como um país dependente do extrativismo, apesar de se projetar internacionalmente como um “país verde”. A dependência de atividades extrativas de larga escala e com alto risco de impacto ambiental é uma característica central de sua atuação internacional, a suporte de suas empresas multinacionais. Sua conexão com o Brasil começou com a cooperação comercial e se mantém assim até os dias atuais.

A caracterização da contradição ambiental se inicia por inserção de atividades risco de multinacionais norueguesas na região da floresta amazônica brasileira, as atividades de extrativismo mineral relatadas no estudo de caso comprovam a falta de responsabilidade social e descaso quanto a regulamentos técnicos contrariando exigências próprias discutidas no regimento de proteção florestal do Fundo Amazônia.

2 ANÁLISE POLÍTICA E ECONÔMICA: BRASIL E NORUEGA

No capítulo a seguir, será explorada uma visão política e econômica da Noruega, de um modo a responder o objetivo de analisar criticamente a projeção internacional da Noruega como um país ambientalmente engajado e responsável. Identificar suas contradições ambientais internacionais requer um aprofundamento de sua atuação diplomática, suas estratégias econômicas e sua posição na agenda internacional, fatores que influenciam no requerimento e na aplicação de suas políticas e atividades econômicas no Brasil.

Sendo um ator signatário de diversos tratados ambientais internacionais, a base argumentativa provém de um rebuscado histórico de participações em fóruns e reuniões promovidas pelas Organizações Internacionais, como a Conferência das Partes. O contexto histórico de sua inserção no âmbito da proteção ambiental propõe certa responsabilidade pela defesa da proteção ambiental, principalmente no Brasil.

O Brasil construiu uma relação que diversifica a implementação de trocas, tal como serviços ou produtos na relação com a Noruega, enfatizou o comprometimento de ambos países com os interesses que assegurem um desenvolvimento político e econômico estável. Dentro da relação das nações amigas, o comprometimento norueguês corrobora sua identidade socioambientalista, a preocupação humanitária e ambiental era reconhecida dentro do planejamento desenvolvimentista brasileiro.

Dentro das medidas de manutenção da proteção ambiental brasileira, o Fundo Amazônia é um dos principais provedores de projetos e incentivos de pesquisa científica. Criado em 2008, tinha como finalidade coletar investimentos não reembolsáveis para a prevenção e conservação florestal, garantindo um regulamento das atividades promovidas dentro do território da Amazônia brasileira. Como o esperado, a Noruega prevaleceu seu comprometimento com o meio ambiente e garantiu o primeiro lugar no ranking de países doadores deste fundo, investindo em desenvolvimento de projetos e intercâmbios de informações para promover resultados efetivos da conservação ecológica da região amazônica.

O Fundo Amazônia transparece os efeitos das decisões políticas sobre deliberações ambientais e como impactam na construção e desenvolvimento de projetos. O Fundo posteriormente entra em um período de estagnação devido a mudanças no cenário político, a falta de progresso exigido dentro da cooperação ocasiona bloqueios financeiros dos projetos. O que gerou mais tensões diplomáticas entre o governo norueguês e brasileiro.

Tal fato mostra como o interesse de nações externas podem impactar diretamente a soberania de países com menos influência política, como o Brasil, visto que exigências de ações externas são relevantes para manutenção da proteção florestal nacional.

2.1 Ações externas norueguesas na Amazônia brasileira

A Noruega é um dos grandes exportadores de petróleo e gás natural da Europa ocidental, seus setores de atividades energéticas contribuem com 25% da receita fiscal do país, e constituem 1/4 do PIB nacional (2011), no entanto, a economia do país se tornou dependente das indústrias de exploração extrativistas; e ao considerar que a Noruega não é membro da União Europeia, suas estratégias e esforços econômicos são ainda mais ampliados, refletindo em uma autonomia do país. O estudioso Paulo Guimarães (2011) argumenta sobre o processo de aproximação política entre as duas nações.

O contexto desenvolvimentista construído pela política do diálogo social garante influência nas negociações comerciais no plano internacional, o país nórdico carrega um papel importante dentro das atividades de diversos setores no mercado exterior. As atividades econômicas norueguesas se sobrepõem estrategicamente com regiões sensíveis, que garantem um jogo de interesses em dois pontos específicos: matérias-primas de fácil acesso e uma coordenação “maior” da atuação de suas empresas, refletindo-se no caso de mineração.

Ao se tornar parceiro comercial do Brasil, Noruega garantiu um jogo de interesses vantajosos para seus objetivos comerciais, aliás, refere-se a uma grande potência nos setor de energia, o país com maior extensão geográfica da América do

Sul e proprietária da maior parte da Amazônia. O Brasil abriu claramente portas de oportunidades econômicas para o país escandinavo. Noruega fortaleceria sua imagem como um país modelo dentro de um contexto de tecnologia sustentável, o território brasileiro forneceria energia necessária para o setor industrial de mineração e uma projeção da atuação humanitária para o perfil progressista da Noruega. A posição como referência sustentável norueguês dialoga com a argumentação de seu comportamento, não anula com sua contribuição no combate às emissões de gases poluentes, visto que sua tecnologia contribui em grande escala para a crise climática. Porém, sua aplicação em países estrangeiros se torna notável ao relataras atividades comerciais presentes.

Seu referencial como modelo verde é citado no programa *idades*

*sustentáveis*¹, Oslo se sobressai como um modelo de cidade de aplicação de desenvolvimento de tecnologia sustentável. A capital da Noruega se caracteriza pela inovação de mudanças que abordem a diminuição da emissão de gases poluentes, planejamento urbano ecológico e mobilidade urbana limpa valorizam as políticas internas dos objetivos sustentáveis que a Noruega tenta impor dentro de outros países.

A capital está entre as 52 cidades participantes da campanha Breathe Life, liderada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ONU Meio Ambiente e Coalizão Clima e Ar Limpo com o objetivo de mobilizar comunidades pelo compromisso com a qualidade global do ar. O Orçamento Municipal para o Clima, aprovado em Oslo em 2016, é uma estratégia importante para indicar áreas de atuação prioritárias, dividir responsabilidades e garantir a perenidade desses projetos ao longo do tempo. (CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2019)

A influência e introdução comercial da Noruega no Brasil estabeleceu um jogo de interesses entre os dois países, os investimentos noruegueses e fundos de doação aqui no Brasil criam uma linha tênue de dependência à economia externa, resultando em uma cooperação bilateral dos dois países apesar de certas tensões.

É pontuado no livro *Brasil-Noruega: construção de parcerias em áreas de importância estratégica (2011)*, o princípio dos focos essenciais na política internacional da Noruega:

Tal postura leva a chancelaria a considerar as relações bilaterais como “essenciais” para permitir à Noruega atingir seus principais objetivos de política externa. Daí considerar estratégias as suas relações com “países influentes no mundo globalizado”. (GUIMARÃES, 2011, p.68)

Os laços econômicos não se limitam apenas a fatores energéticos, a importância que o Brasil possui se deve também pela cooperação dentro das questões marítimas, conjugando uma parceria entre empresas náuticas, expandindo para a compreensão de diferentes relações de dependência.

Não somente com o Brasil, mas a Noruega desde início do Século XX mantinha relações diplomáticas com a América Latina, mesmo que limitadas às relações econômicas-comerciais, a navegação marítima não se apresenta como serviços primordiais. Entretanto, não garantiu uma posição de autoridade no setor referido dentro do continente.

O esmiuçar das ações políticas, as quais foram utilizadas para estudo de caso mais aprofundado neste trabalho, é indispensável para compreender a jornada da Noruega no que se refere aos acordos primordiais. Tal contradição abre uma lacuna que possibilita contestar sua moral e autoridade e a sustentabilidade ecológica, sua entrada em acordos internacionais e posicionamento político interno.

¹ Disponível em: <<https://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/191>>

Na questão de políticas desenvolvimentistas, o país nórdico se sobressai quando comparado aos países vizinhos. Sua cultura interna apresenta uma forte tendência ao igualitarismo e solidarismo, que foram transmitidos para questões políticas nas relações internacionais, dentre os quais estão os movimentos climáticos e a importância ecossistêmica. No intuito de ressaltar sua posição como modelo de sustentabilidade econômica, tornou internacional a sua capacidade de implementação solidária.

Na década de 1970, sua relação com os países latino-americanos se inseriu dentro de uma política de engajamento, com foco nas comunidades indígenas e trabalhos de pesquisa referente aos direitos humanos, suas tendências sociais-democratas estavam à procura de países com objetivos similares. Adentrar os territórios da Amazônia teve pontos positivos estratégicos em vários planos, tanto como aumento do conhecimento científico como igualar as propostas de empreendimentos futuros que garantiriam prósperos números financeiros no mercado norueguês.

A política externa norueguesa continha uma lista de prioridades estratégicas, presentes em áreas diversas que se agrupavam em uma constante medida de aprovação mediante políticas internacionais, orientadas a favorecer o clima e o meio ambiente. Apesar das controvérsias referentes a sua dualidade extrativismo/proteção ambiental, geograficamente, a Noruega é influenciada por um ecossistema balanceado, por se localizar de modo setentrional e ter vantagens distribuídas pela corrente do Golfo², quaisquer que sejam as alterações climáticas ocasionadas que deturpam uma administração sustentável interna, resultam se ramificações de problemas operacionais internacionais.

Reconhecer possíveis elementos de risco para o encaminhamento de sua diplomacia e ainda cooperar com a movimentação do mercado global de gás e petróleo se torna um ponto de destaque nas controvérsias em defesa ecológica da emissão do dióxido de carbono (CO₂³), suas ações não se limitam somente em países de terceiro mundo, a Noruega carrega exemplos diante de qualquer ação que tome. Se torna uma questão instigante, em que a partir de um momento, o interesse comercial se torna prioridade em qualquer relação que o país participe, inclusive relações comerciais com uma potência energética ou abastecidos de matéria prima, no caso do Brasil.

Em contextos históricos diplomáticos, o Brasil foi um dos principais países a

² A corrente do Golfo são correntes quentes que migram pela superfície do Atlântico tropical até as imediações do Ártico, de acordo com o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC).

³ O Dióxido de Carbono ou gás carbônico é um composto químico gasoso que provém da queima de combustíveis fósseis

reconhecer o reino da Noruega, dando início a uma das primeiras relações regulares com o país, com Barão do Rio Branco na liderança da diplomacia brasileira. O intercâmbio de atividades norueguesas no Brasil se reforça com a chegada do empresário Erling Lorentzen, genro do Rei Olav V, um empresário renomado e personagem importante da relação Brasil-Noruega. Fez com que centralizasse o Brasil no mapa de interesses noruegueses, “Brasil, país do futuro”, expressão usada por Lorentzen ao se lembrar da herança intelectual que carregava de sua família sobre o Brasil, desse modo, apesar de alavancar grandes multinacionais na região brasileira, a falta de contato com a cultura e reconhecimento territorial dificultou o processo rápido de reconhecimento industrial no país.

Apesar dos percalços, Lorentzen empreendeu uma das maiores empresas de celulose, a empresa Aracruz Celulose, fundada em 4 de setembro de 1978. Neste período, enquanto o empresário norueguês construiu seu império, o Brasil passava por uma ditadura, e a questão ambiental se mostrou um tópico aderente à superprodução de fazendas de eucaliptos. Lorentzen tinha importantes vias de comunicação no Brasil, conhecia e trocava experiências comerciais com Eliezer Batista, ministro das Minas e Energia da época, e ex-chefe da Vale do Rio Doce, grande estatal mineradora na região amazônica. Apesar da Aracruz carregar grande porte industrial, exigia uma demanda demasiada de matéria prima, e o interesse norueguês não se bastaria com uma produção mediana, ele queria produzir mais da sua capacidade, chegando a fornecer 400 mil toneladas de celulose.

Uma empresa de um porte igual a Aracruz, economicamente, precisaria de grande auxílio financeiro, visto que, a produção dos eucaliptos para a celulose não era de baixo custo. Nesse ponto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se insere, financiando grande parte do projeto, no total de 40% do valor da fábrica. O empréstimo futuramente nunca foi quitado. Erling Lorentzen foi um entre vários empresários noruegueses da época que aproveitaram as oportunidades e vantagens da época, as conexões abertas na política e setores de produção estavam sendo alvos principais de países que ansiavam pela competitividade no mercado internacional.

Outro exemplo de entrada empresarial no território brasileiro ocorreu na década de 60, a Borregaard, uma multinacional no ramo de produção da celulose, administrada com Lorentzen se apossando da cadeira de Vice-presidente. A fábrica chamou atenção posteriormente pelo início de atitudes negativas desempenhadas pelo Estado norueguês, iniciando o debate sobre a responsabilidade socioambiental empresarial. A Borregaard ignorava quaisquer possíveis danos que poderiam gerar para a população, flora e fauna da região. Por conseguinte, mesmo com fontes de

investimentos do governo da Noruega e do BNDES, a empresa fechou por anular várias legislações ambientais. A Borregaard ficou marcada por despejar resíduos tóxicos em uma lagoa da região, caso similar ao de 2018 no Pará (LEIRA, 2020).

O caso da Borregaard carrega um outro ponto de vista, detalhes prontificaram que o projeto no Brasil rendeu resultados positivos, porém, os processos foram intervidos devido a dificuldades políticas brasileiras, acreditam ter sido resultados de uma batalha de interesses da negociação Noruega-Brasil. A tragédia da evasão dos resíduos não foi suficiente para prejudicar o funcionamento de uma empresa de grande porte comercial. Desavenças em acordos comerciais sobre a celulose é um dos fatores apontados sobre o fechamento da Borregaard, a distribuição de lucros com o governo brasileiro se considera desproporcional, se atenta de que além de infringir a natureza e a população local, o valor em troca deveria ser reembolsado em lucros.

O diálogo social que a Noruega interage com a América do Sul redigiu diversos projetos de desenvolvimento ou programas de pesquisas condizentes com a política sustentável norueguesa, em exemplos, temos a Rede de Pesquisa na Noruega sobre a América latina (NorLARNet)⁴, que se trata de uma rede de estudos interligada com estudos da Universidade de Oslo com objetivos de incremento de dados acadêmicos que fortalecesse uma aproximação do país, para que melhorasse a integração política e científica no país. Os estudos que também foram feitos no Brasil por unidades estrangeiras e por acadêmicos estrangeiros tendem por ser curvar a preferência de cultivar interesses exteriores, muitos projetos inseridos no Fundo Amazônia e coleta de dados para análises são inseridos majoritariamente pesquisadores da Noruega, no entanto, é perceptível o distanciamento de pesquisadores brasileiros, já que dados científicos da amazônia brasileira escapam do conhecimento do Estado.

Apesar da recorrente troca de informações, a maior parcela de interesse dentro das criações de projetos conjuntos funcionam pelo movimento de seu antigo discurso norueguês social, que necessitava se manter útil dentro do quadro internacional. Reforçar sua influência diplomática nos processos de busca e facilitação de soluções de problemas sociais movimenta sua diligência em cumprir e em exigir o desenvolvimento social. De acordo com Guimarães (2011), o perfil político era prioritário:

A parcela significativa do orçamento dedicado à ajuda internacional contribui para a elevação do perfil da Noruega, tanto em suas relações bilaterais como no âmbito de organismos e foros multilaterais. (GUIMARÃES, 2011, P.67 e 68)

⁴ A rede de pesquisa operou de 2008-2020

Portanto, apesar de inserir cooperações e papéis conjuntos de representação do Estado nos dois países, ainda se confirma uma corrida científica e econômica pela Amazônia brasileira, seu território e o que nele abrange, pois um recurso econômico muito valioso continuava a ser desconhecido na comunidade internacional. O objeto que iremos conectar como ferramenta de conjuntura dentre essa discussão se abre em diferentes contextos, dentre pontos importantes que mostram a cooperação dos dois países em um parâmetro econômico de utilização massiva do território amazônico e a ponte de equilíbrio dentro do Fundo de proteção à Amazônia brasileira.

Assim, o contexto histórico propõe um quadro comparativo das empresas do início da inserção industrial da Noruega no Brasil, servindo como exemplo o caso de Barcarena no Pará, onde se localizam reservas de minério abundantes. Portanto, é passível de indagação a forma como empresas multinacionais norueguesas terceirizam suas responsabilidades socioambientais em países que lhe provêm os insumos economicamente essenciais.

2.2 O papel internacional da Amazônia brasileira

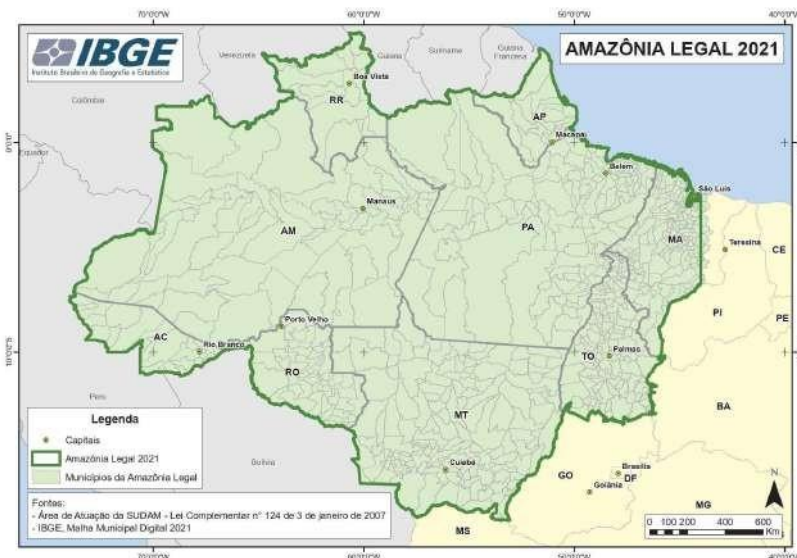
Visto anteriormente, a situação política Brasil-Noruega se resume em um jogo de interesses com um foco preferencial na região Amazônica, seu território e riquezas de diversas formas age com força política nas relações do Brasil com os países do exterior, portanto, é notável os interesses estrangeiros pela capacidade da Amazônia em potencializar a economia de diversas nações.

Para entender a dimensão da riqueza amazônica, entender a geografia da região é necessário. A Amazônia brasileira cobre 9 estados, sendo eles: Acre, Amapá, Tocantins, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso e Maranhão, de acordo com a figura 1 destacada no texto. Com diferentes biomas: Cerrado, caatinga, cerrado, mata atlântica, pampa e pantanal e diversas vegetações. Geograficamente, a diversidade da Amazônia e seu tamanho carrega um papel fundamental na estabilidade de clima na América, pelos casos recentes do aumento do desmatamento e queimadas frequentes, foi presenciado diversas inconsistências e desastres em cidades do Brasil, que decorrem desse fato; o peso que a Amazônia carrega é bem maior do aparenta ser, ela controla diretamente o clima em grande parte do continente, influencia a economia regional e é ponto decisivo nos debates políticos.

A floresta amazônica cobre 60% do território brasileiro, abraçando o maior manancial de água doce do mundo, sendo moradia de 12% da população brasileira,

e habitat para uma extensa fauna e flora, contando 30 milhões de espécies, deixou explícito que ainda há muito o que estudar na região. Dentro da Amazônia, temos a Amazônia Legal brasileira (AML), termo criado com intuito de um projeto de desenvolvimento socioeconômico dos estados dentro dos territórios da Amazônia, trabalham por análise sócio políticas, ou seja, regiões que passam por históricos de problemas de desenvolvimento similares. A seguir temos um mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demarcando o território da Amazônia Legal.

Figura 1- Mapa da Amazônia Legal 2021



Fonte: IBGE; mapas regionais, (2021).

Se os nativos sul americanos da Floresta Amazônica consagram toda a riqueza dessa região, para os estrangeiros não seria diferente, conseqüentemente, muitos dos processos históricos que marcaram o nascimento do Brasil como uma nação teve grande influência pelas riquezas minerais amazônicas brasileiras. Desde os primeiros passos europeus na terra, quando ocorreu o contato com os indígenas e o reconhecimento do estoque natural de diversos tipos de riquezas.

A partir dessas concepções, a política brasileira em si, com casos de corrupções e de distribuições de lucros se concentram e giram em torno dos jogos de poder que cerceiam a proteção da Amazônia, a qual se encontra posta em uma balança comercial, segurando a economia com grande parte de exportações que derivam da extração de materiais da Amazônia.

O primeiro contato do exterior com a Amazônia nos anos de colonização, ocorreu com a viagem do espanhol Vicente Pinzón às áreas amazônicas. A primeira vista, é inevitável o encanto com tamanha intensidade e diversidade de tantos elementos divergentes da Europa, além de ter sido deveras acolhido pelos indígenas, o choque cultural e os princípios comerciais euro centrais o incentivaram

a aprisionamento e venda de indígenas no mercado escravo, nesse ponto, o continente da América do Sul vira uma terra dos tesouros, precisando ser explorada e “descoberta” pela visão dos colonizadores europeus, um lugar que as riquezas e a natureza precisavam ser aproveitadas.

Conseqüentemente, todos os recursos gerados pela região amazônica recebem um caminho direto para o exterior, sendo explorada para a extração de todas suas riquezas, todas as atividades presentes contribuem para a degradação do território. A partir deste ponto conseguimos adentrar melhor dentro da questão principal do trabalho. A movimentação da economia e a dependência do Estado, todas as atividades andaram em conjunto com o desequilíbrio ambiental da região, afetam tanto como a fauna e flora, mas especificamente com a população presente: os indígenas e quilombolas.

São diversas as áreas de extrativismo que chamam atenção do mercado internacional:

Atividades econômicas tão diversas como a pecuária, a exploração madeireira, a mineração, a garimpagem e outras, que apresentam diferentes impactos sobre a natureza, vêm sendo desenvolvidas indiferentemente sobre áreas de florestas densas, nascentes e margens de rios, regiões de manguezais, nas planícies e encostas, em solos frágeis ou nos raros solos bem estruturados. E a maior parte dessas atividades tem produzido enorme e injustificável desperdício de recursos naturais. (LOUREIRO,2002, P.112)

A mineração é um dos fatores que causam divergências dentro de uma estrutura sustentável, adentrar os garimpos ilegais, falhas de segurança ambiental e exclusão de éticas ambientais é um conjunto de atores que trabalham em conjunto com o Estado brasileiro. A floresta tropical é vítima de vários países e de falhas de cooperações internacionais econômicas. (LOUREIRO, 2002)

Ao compreender a Amazônia e seu poder geopolítico, é visível que seu papel internacional é de reserva e movimentação de cooperativas extrativistas, mas de também, grande responsabilidade ambiental de equilíbrio de nosso planeta, sua representatividade em reuniões internacionais pertencem ao foco político, independente da localização da floresta, é de importância global a situação da Amazônia. Portanto, analisar os perfis comerciais que se instalam no Brasil coopera para uma garantia da interpretação do seu papel na economia. Noruega, Alemanha e Estados Unidos, entre outros, possuem participação dentro dos territórios amazonenses. A pesquisa deu ênfases para grandes multinacionais de investimento noruegueses, pois ganharam maior destaque em suas trajetórias ao empreenderem suas atividades e compactuar com os interesses do Brasil.

A Norsk Hydro foi criada em 1905, fundada por investimentos suecos, franceses e noruegueses. Inicialmente a empresa mantinha atividades com fabricação de fertilizantes, anos depois, após crescer na área de hidrelétricas em conjunto com apoio financeiro exterior, entrou no ramo metalúrgico, a procura de bauxita e atividades de refinação de alumínio foi o que interligou o Brasil dentro do panorama de procura norueguês. Após influência internacional da Norsk Hydro, a região Amazônica brasileira foi alvo de estudos geológicos de interesse da indústria de alumínio; o território brasileiro cobre 10% das reservas mundiais de bauxita⁵ (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2009)

A bauxita é a principal matéria prima na produção de alumínio. O minério passa por um processo rigoroso de mineração, refinação e redução, finalmente extraindo a Alumina. O resultado da extração desse material é bastante prejudicial para o meio ambiente, o processo produz resíduos tóxicos incabíveis de serem processados de modo a ficarem limpos, no entanto, precisam ser armazenados cautelosamente, é necessário seguir normas técnicas e investir nas regulamentações.

O modo crítico de administração de elementos tóxicos se torna crítico entre as leis direcionadas pelo governo brasileiro. Para as empresas norueguesas, a tática de terceirização não os pune da lei, a responsabilidade cabe ao investidor que gere a multinacional.

2.2.1 Natureza como aliada

Ao utilizar a Amazônia como análise de estudo, existe um dos grandes questionamentos ao estudar a extração de recursos, "por que não tratar a floresta como uma aliada?".

As redes empresariais e os governos lidam com a floresta como se fosse um problema a enfrentar para que seus meios de produção se desenvolvam economicamente, movimentos ambientais são considerados um inimigo, e leis ambientais um atraso para a região. Existe essa concepção dada por Violeta Loureiro (2002) sobre os mitos que rondam a Amazônia, como os recursos auto-recuperáveis e inesgotáveis e o atraso regional que a preservação levaria. Os equívocos interferem em um real desenvolvimento, manter uma região importante

⁵ De acordo com o Ministério de Minas e Energia

como a referida, tornaria os recursos naturais ainda mais preservados. A constituição da Amazônia em si, se envolve em ciclos dependentes de si mesmos, os ecossistemas se auto preservam e auto regulam, uma forma de proteção para muitos que moram na região.

Um questionamento importante realizado por Loureiro (2002) é sobre o preconceito pelos povos étnicos que vivem e compartilham seu passado cultural com a natureza, indígenas, quilombolas e caboclos são outro sinal de atraso econômico visto pelo conceito de uma “modernização”, se tornam ausentes de qualquer decisão que interfira em seus territórios. No final acabam tendo que vender suas terras ou se rendendo ao trabalho de garimpo e extrativista, a falta de oportunidade e direitos fazem depender daquele meio de trabalho, começam a defender e enxergar como novo meio de vida, perdem sua identidade e o modo de vida tradicional (LOUREIRO, 2002).

Investimentos e políticas públicas carregam vários problemas, criam um conflito econômico na região, onde por pressões internacionais acabam por não respeitar a cultura e a biodiversidade da natureza brasileira, a floresta amazônica carrega um grande reservatório genético, seus compostos naturais são relevantes para a medicina, cosmetologia e entre outros. Proteger o grande banco de espécies em meio a pressões internacionais, é uma tarefa necessária pelo governo brasileiro.

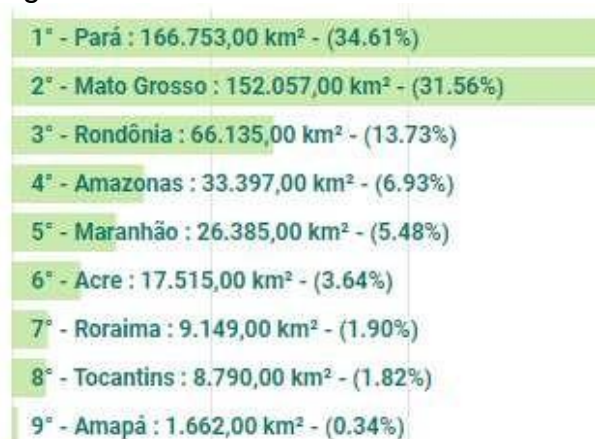
2.2.2 PRODES: Monitoramento da Amazônia

A situação da Amazônia apresenta dados alarmantes quanto ao avanço do desmatamento para o extrativismo, com isso, as medidas protetivas trabalham recorrentemente com coleta de dados e estudos territoriais. O monitoramento da Amazônia é responsabilidade do PRODES (Projeto de monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal por satélite). O projeto é um método adotado pelo INPE para análise de solução e incremento de políticas públicas, promovendo o gerenciamento territorial e desmatamento nas áreas.

O PRODES monitoram a região através de satélites de classe LANDSAT-5/TM, do indiano IRS-1 e o inglês UK-DMC 2, entretanto, não se limitam a apenas esses satélites. Utilizam atualmente outros que cooperam para fiscalizar a área com maiores detalhes. Os dados adquiridos pelo projeto, são reconhecidos internacionalmente e nacionalmente, tendo aprovação dos cientistas e estimativas

de precisão de 95% (INPE). Os dados do PRODES são dispostos pelo Ministério do meio ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis, Ministério de Ciência, tecnologia, Inovações e Comunicações, usados também em diversos relatórios, principalmente no Fundo Amazônia. São proveitos para análises governamentais para a prevenção do desmatamento. O gráfico a seguir foi retirado do sistema de informações geográficas (SIG), arquivos presentes em formato de biblioteca virtual em conjunto com o INPE e Terralib, arquivando informações recentes 2021/2023 do monitoramento territorial da Amazônia Legal, especificamente do Estado isolado para o estudo, o Pará:

Figura 2- Taxa de desmatamento da Amazônia Legal



Fonte: PRODES, Terrabrasilis, 2023

O Pará está em primeiro lugar do aumento de desmatamento florestal atualmente. O estado é território para grandes corporações extrativistas e multinacionais estrangeiras que se utilizam de serviços terceirizados da região e da fonte de recursos amazônicos.

2.3 Fundo Amazônia como objeto de análise

O objetivo de utilizar o Fundo Amazônia como a principal fonte de conexão entre os países e o produto final do tema deste trabalho é essencial para assegurar todas as medidas que a Noruega dita em seus projetos desenvolvimentistas, em advento com sua relação internacional com o Brasil. O projeto ambientalista é uma plataforma em comum dos dois países destacados. O Fundo Amazônia é uma política que interliga dois países, demarcando uma interdependência da relação de poder intermediada pelas empresas privadas.

Portanto, é preciso compreender todo o percurso, motivos e importância desse Fundo financeiro mediado no Brasil. O Fundo Amazônia foi apresentado internacionalmente no ano de 2007, na 13ª Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima⁶ (UNFCCC, sigla em inglês), com a proposta de uma iniciativa de países economicamente capazes financiarem as ações de monitoramento e controle do desmatamento e degradação ambiental localizado na Amazônia brasileira. Entretanto, apenas em 2008, pela gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a iniciativa se tornou ativa.

Em 2009, o Fundo Amazônia firmou o primeiro contrato com o Ministério das Relações Exteriores da Noruega, visto o aumento de incentivos de políticas socioambientais que o país discursava na época, o país nórdico se destacou fielmente ao seu lugar de modelo socioambiental. Com doações estimadas de R\$3,18 bilhões de reais, a Noruega liderou o primeiro lugar no ranking de doações, seguida da Alemanha que depositou entre R\$192,6 milhões de reais. O incentivo principal que captou a atenção internacional para que atraísse doação de capital, foi a garantia do Brasil de redução de até 95% dos GEE (Gases de efeito estufa). Porém, precisamos entender o que levou a Noruega a depositar 1 bilhão de coroas nas mãos do governo brasileiro.

Antes de se aprofundar nessa questão, é fundamental compreender o surgimento da ideia do projeto, os motivos que levaram ao criarem o fundo amazônia. No livro *A luta pela Floresta*, o autor Torkjell Leira detalha o processo e dúvidas que envolvem o Fundo, em entrevistas com principais atores de criação, envolveram-se brasileiros e estrangeiros. A ideia principalmente antes de ir para a Noruega passou pela Índia e por ministros do meio ambiente dos dois países, empresários e foi discutida em várias reuniões. O desenvolvimento do projeto, de acordo com Leira (2020) foi baseado em relatórios do projeto de Kyoto e da necessidade de inserir florestas tropicais ao combate da crise climática. Envolver o país na posição alta do ranking de países desmatadores, causaria um impacto importante nas emissões no hemisfério sul.

O estruturamento definido para manuseamento do Fundo Amazônia é resultado da estratégia mundial REDD++. Criado na Convenção-Quadro das Nações

⁶ Reunião criada como resposta internacional à mudança climática adotada em 1992.

Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), o mecanismo de Redução de Emissões por desmatamento e degradação tem o objetivo de reduzir as emissões dos gases estufas e priorizar políticas de desenvolvimento ambiental nos países em desenvolvimento a partir de projetos de financiamento redirecionamento para a gestão ambiental de um país, contanto que apresente dados reais do progresso de um desenvolvimento sustentável.

O ponto de partida das discussões de proteção ambiental surgiu com a Conferência de Estocolmo em 1972. A proposta de defesa do meio ambiente foi citada pela Organização das Nações Unidas (ONU), introduzindo uma cooperação necessária para uma preservação do futuro, marcou a comunidade internacional devido a inserção importantes de atas de responsabilidade ecológicas que surgiram futuramente.

O próximo marco importante foi a convenção do Clima de 1992. A Convenção deu espaço para a Conferência das partes (COPs), o órgão que fica responsável pelas implementações de acordos e tratados ambientais na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima, na data de 1992.

Em dezembro de 1997, no Japão, o Protocolo de Kyoto, na 3ª Conferência das partes, marcou nas discussões climáticas a inserção do mecanismo RED, de redução de emissões por desmatamento e degradação, com foco em diminuir a temperatura global. Trabalhando em áreas como a Amazônia como prioritárias na corrida da redução de gases prejudiciais, as escalas de degradação florestal amazônicas estavam altas na produção de dióxido de carbono.

A convenção-quadro estabelece o princípio da responsabilidade comuns dentre o método de redução, nela os países têm a responsabilidade de manter um equilíbrio ambiental, objetivos de preservar gerações futuras em conforme com cada capacidade e necessidades próprias, os países desenvolvidos estabelecem um peso maior no combate, portanto parte maior de sua colaboração é necessária, devem considerações situação econômica, política e ambiental de países em desenvolvimento, especificamente em países que vivenciam os efeitos negativos da degradação ambiental.

Portanto a ratificação do Protocolo de Kyoto se faz presente, foi determinado de que cada país se responsabilizaria com uma meta individual contra o efeito estufa, as metas foram estabelecidas de acordo com emissão de cada país, os países que mais emitiram, conseqüentemente, teriam maior responsabilidade dentro

do mecanismo; o Protocolo de Kyoto se faz presente em toda reunião das COPs, fornecendo atualizações e implementações atuais do acordo internacional.

A conferências das Partes é o órgão supremo da Convenção-Quadro, se iniciando em 1992, na ECO-92, no Rio de Janeiro, onde reuniu 176 países. O foco principal se mantinha igual, a redução do gases de efeito estufa (GEEs), as reuniões organizadas pela COP, geraram diversas contribuições e negociações internacionais na relação do discurso ecológico da Noruega, fazendo parte do grupo de países signatários desenvolvidos, com metas exigidas do mecanismo de redução; de modo geral, os países ricos e industrializados tinham que se responsabilizar pelos próprios danos e ajudar os países mais pobres, com grande território florestal (LEIRA, 2020).

Na evolução dos signatários após o Protocolo de Kyoto, o acompanhamento se regulava na atualização de compromissos e incrementações. Na COP 13, sediada em Bali, iniciava os mecanismos do REDD. Na COP 15, em Copenhague no ano de 2009, foi essencial para melhorias do mecanismo, onde ocorreu a alteração para o REDD +, adentrou projetos de conservação, manejo florestal e estoques de carbono florestal (GIOSTRI, NASCIMENTO, 2016).

Outro marco importante, a 21ª Conferência das Partes, COP 21 em Paris, reunião internacional de maior peso nas discussões climáticas, foi assinado o Acordo de Paris, um novo acordo com objetivos de diminuir o aquecimento global e limitar o aumento em 2°C até 2100 e conseguir reduzir a temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, o acordo foi ratificado por 195 países partes da UNFCCC.

Compreender o contexto das discussões climáticas influencia a criação do Fundo Amazônia, o fundo foi uma consequência do princípio de responsabilidade comum, porém diferenciada (PRDC) e Princípio das responsabilidades históricas (PRH) dos mecanismos de redução de emissões de gases estufas nas cadeiras internacionais. A proposta de incluir as florestas tropicais nos acordos climáticos veio através de um esquema apresentado por um ambientalista noruegues no Protocolo de Kyoto, “mecanismo de desenvolvimento limpo” (MDL), relação sobre os projetos financeiros para custear os mecanismos de redução de gases, portanto faltava incluir pontos específicos de alto nível de contribuição nas emissões do GEE, a floresta tropical, em específico o Brasil, com elevado nível de desmatamento.

Com as negociações internacionais, os projetos nacionais foram aceitos, a melhoria dos desmatamentos em áreas de risco teriam que ser financiadas,

portanto, em 2004, com o governo Lula, foi lançado o plano contra degradação da Amazônia, durante o período até 2007, as medidas pelo governo realmente deram frutos e os índices de desmatamento baixaram. Com isso, o Brasil ganhou certa atenção internacional principalmente da Noruega, que procurava se inserir em projetos climáticos. Com o Brasil avançando em projetos ambientais, a união entre pesquisadores gerou o Pacto pelo Desmatamento zero na Amazônia, com metas de zerar as destruições florestais até 2015, com Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente só restaria o apoio internacional. Na Noruega, em dezembro de 2007, o ministro Stoltenberg discursou sobre o financiamento que iria mandar para a floresta tropical, bilhões direcionados para projetos ambientais. Com isso, a Noruega foi o primeiro país a contribuir com o Fundo Amazônia.

Após todo o percurso histórico do Fundo, o próximo ponto é entender como funcionaria a gestão do projeto. O dinheiro vinculado para o Fundo Amazônia seria gerido por total poder brasileiro, sem influências exteriores, a iniciativa de doação seria a partir de resultados, os países doadores iriam financiar acompanhando relatórios, entre eles, o PRODES e o IPCC, só pagariam se recebessem resultados positivos do acordo bilateral. O dinheiro é redirecionado para o Fundo Amazônia e administrado pela gestão financeira do BNDES.

Adentrando a política brasileira, no governo de Dilma Rousseff as leis ambientais começam a ter ataques constantes, no do Michel Temer as políticas ambientais já não são consideradas mais prioridades, o meio ambiente e os direitos humanos entram em um declínio. Em 2019, com o governo de Jair Bolsonaro, o Fundo Amazônia sofre uma recessão, as leis ambientais são vistas como regresso pelo presidente atual, em visão econômica, a preservação da floresta amazônica não anda com o desenvolvimento da região.

2.3.1 Fundo Amazônia dentro da política brasileira

O governo Bolsonaro marcou o bloqueio do financiamento do Fundo Amazônia. No ano de 2019, após garantir a posse a cadeira de Presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro atuou negativamente nas questões ambientais, interrompendo vários projetos e negando problemas socioambientais causados pelo desmatamento e queimadas na região amazônica.

A desinformação foi o ator principal durante o governo Bolsonaro, negar dados internacionais sobre redução ou aumento das emissões de gases prejudiciais pode acabar interferindo em acordos bilaterais na cooperação internacional ambiental. E exatamente foi o ocorrido, dentro do governo ocorreu a extinção dos conselhos federais, como o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e o Comitê técnico do Fundo Amazônia (CTFA).

O ministro do Meio Ambiente na época do Governo Bolsonaro era contrário às políticas do FA, Ricardo Salles dizia encontrar falhas nos contratos com organizações não-governamentais (ONGs) envolvidas com o Fundo Amazônia, questionava igualmente um avanço positivo na redução do desmatamento nas regiões financiadas. O ministro queria alterar as negociações entre a relação Brasil-Noruega, as propostas foram rejeitadas, visto que a Noruega não aceitou mudanças do contrato anterior, mas a paralisação do fundo surgiu da gestão do novo governo brasileiro de não aceitar manter normas e modelos de gestão criados em 2008. A movimentação financeira do BNDES foi congelada e 56 projetos em espera para serem aprovados foram deixados de lado, o movimento de proteção ambiental foi denominado como um regresso para a economia do país, visto como uma maneira de tirar o Brasil de seu nível de exportação.

A omissão e desinformação movimentaram uma forte desaprovação em medidas protetivas, para povos nativos indígenas e região amazônica, o negacionismo se manteve presente durante toda a gestão, relatórios e dados apresentados em reuniões internacionais não seria o bastante para provar o avanço gradativo do desmatamento e aumento de temperatura climática no Brasil. A responsabilidade socioambiental não se mantinha presente.

De acordo com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), no ano de 2022, foi registrado 54% de aumento do desmatamento, o Pará saiu entre os Estados com maior avanço de desmatamento, liderando com 38% de desmatamento no território. Durante esse período, pode ser considerado uma falência institucional ambiental, a execução administrativa dos sistemas de proteção ecológicas pararam de funcionar, crimes ambientais e sequelas regionais avançaram em diversas regiões.

3 TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA E QUESTÕES AMBIENTAIS

O segundo capítulo propõe uma sintetização das inserções das teorias da disciplina das relações internacionais, com as políticas ambientais influenciando a relação bilateral da Noruega com o Brasil. Busca contrapor a importância da mediação das questões ambientais aplicada em contextos econômicos e sociais, significando o amplo interesses nacionais dentro das relações, seja internacional, entre órgãos não-estatais. Atrelando até mesmo as áreas denominadas humanitárias, que se apegam como atores transnacionais na política atual.

Entretanto, o primeiro tópico apresenta a contribuição necessária e consequências das questões ambientais dentro das relações internacionais; constatando a existência de forças não territoriais que alteram a jogada na balança comercial das nações. A teoria de interdependência complexa produzida por Robert Keohane e Joseph Nye na década de 80, fazem críticas quanto à valorização da ação dos atores que podem interferir em um sistema institucional de aplicação de poder do país. Se remeter a apenas a força Estatal e militar como mais importante, é o ponto estratégico que a teoria utilizada contrária, Keohane e Nye reforçam o poder das questões ambientais no parâmetro comercial e político, os acordos e movimentos ambientalistas surgem como um instrumento efetivo no sistema internacional.

Como apresentado no capítulo anterior, a relação entre Brasil e Noruega foi construída como um precursor de interesses focados na região amazônica brasileira, o ponto interdependente econômico se embarga adentrando a região extrativista no norte do Brasil. Os acordos bilaterais revitalizam antigas conversações comerciais entre os dois países, as empresas multinacionais se tornam atores fortes entre investimentos na mineração brasileira, quanto em doações em projetos de proteção florestal ou investimento para empresas nacionais.

O objetivo deste capítulo é esclarecer o modo como as “low politics” geraram diretamente resultados dentro dos temas de segurança e estratégias comerciais, utilizando a teoria de interdependência como contexto acadêmico de identificação de cenário político, respondendo em como as questões ambientais demonstram sua importância como ator transnacionais nas relações internacionais. As discussões abordadas pelos estudiosos citados, conseqüentemente acarretam maior atenção dos temas fora das esferas hegemônicas, compreender que acordos ambientais e

reuniões internacionais para a regulamentação da crise climática é primordial. Para regular tanto a responsabilidade social requerida em uma sociedade, como em tragédias ambientais que evoluem anualmente. A corrida contra a emissão de gases do efeito estufa simboliza um quadro internacional que busca andar em uma única via com as medidas econômicas. Países desenvolvidos precisam se responsabilizar por trajetórias agressivas e controlar os meios de produção erosivos em países emergentes. A temática abrange regiões afetadas para garantir uma cognição da importância ecológica sustentável.

3.1 Perspectiva teórica: Interdependência complexa

O livro *Power and Interdependence* de 1989, escrito por Robert Keohane e Joseph Nye introduz a teoria de interdependência complexa dentro da disciplina de relações internacionais. Primeiramente, para aprofundar na interligação teórica na relação Brasil-Noruega, precisamos entender o que é interdependência complexa e qual seria sua relação entre uma cooperação de acordos ambientais.

A teoria de interdependência surgiu a partir de uma nova narrativa que decorria de uma análise da mudança do sistema internacional, as teorias tradicionais ou realismo contornavam fatores essenciais na distribuição de poder dos regimes internacionais. Para a teoria realista, os Estados são as unidades mais influentes da política internacional, contabilizando com o fator primordial de segurança, o poder militar e o uso da força se tornam atores principais nessa visão.

Portanto, quando o aumento de transações internacionais e novos fluxos diferentes se intensificaram, o aumento de possíveis barganhas e jogadas comerciais se desenvolveu. Uma relação de interdependência apenas se define a partir da existência de uma relação que contenha perdas e custos. Quando um país tem uma perda relativa dentro de uma relação ou cooperação se insere uma medida de interdependência, caso seja inexistente, se tornaria apenas um caso de interconexão.

As relações de poder dentro de um caso de interdependência sempre seguem complementadas por assimetrias. Um equilíbrio de poder é inviável, o que torna a política de barganha o ator principal para uma relação de interdependência. Dentro da análise política de financiamento de empresas e projetos aplicados, o Brasil necessita de movimentação acionista estrangeira de capital, portanto, as

multinacionais e projetos governamentais se inserem em uma situação de barganha, pois existe uma troca de interesses econômicos dentro de um reconhecimento econômico. Um dos primeiros resquícios atuais de interdependência de uma relação política com a Noruega trabalha com base no exemplo. Doações e financiamentos resultam em uma influência maior no processo da barganha.

Mas isso não significa que a Noruega é a única a se beneficiar da situação de interesses brasileiros. Como em uma balança de poder, uma relação nunca se encontra estável. A Noruega sendo monetariamente fixa em uma economia extrativista precisa de relações energéticas com o Brasil. Precisa exclusivamente do território e de serviços terceirizados. Em vista disso, as vantagens no jogo de interesses se tornam linear.

Os interesses de doação para o Fundo Amazônia se formaram pela cooperação nos acordos de proteção às florestas tropicais e o financiamento econômico da Noruega no Brasil se formaram dos aspectos comuns dos setores extrativistas. Portanto, precisa-se entrar em um tópico secundário, para entender os motivos da Noruega permanecer ativa na relação com o Brasil, apesar das diversas tensões diplomáticas.

O motivo da Noruega está atrelado à rotação de dinheiro dentro do Brasil, evidenciando o seu poder econômico, qualquer que seja o modo de intercâmbio na relação. A Noruega sempre aparenta estar em parâmetros vantajosos, seja nos meios de informações, políticos e econômicos.

Ao introduzir a teoria da Interdependência ao questionamento, os aspectos da balança comercial devem ser considerados. O Brasil não se considera economicamente capaz de se desligar das relações com o governo norueguês, apesar de tensões ao se tratar das questões ambientais e proteção à Amazônia. A partir do momento que conseguimos compreender a interligação de dependência dos dois governos, é necessário justificar o motivo que o trabalho se utiliza da teoria de interdependência complexa entre várias das teorias na disciplina de relações internacionais.

Primeiramente, a conexão com a teoria surge da premissa necessária de uma análise diplomática com foco nas questões ambientais. Requerendo tanto como análise econômica como social. Igualmente se torna um objeto de estudo para busca dos resultados, a leitura e interpretação sobre o funcionamento das relações comerciais com o Brasil expande tópicos diversos, conseqüentemente, a relação de

interdependência entre as duas nações. A obra Poder e Interdependência de Keohane e Nye é objetiva ao explicar a influência das questões ambientais como um ator forte em decisões internacionais, e se aprofunda sobre a situação de parcerias que refletem no político-diplomático.

3.2 Relação de poder: Construção estratégica política

A balança de poder dos dois países desenvolve a cooperação internacional atual, o diálogo bilateral avança em medida que amplos tipos de acordos ocorram, seja como, diversidades de acordos ambientais ou aumento de ações em multinacionais de extrativismo.

Foi utilizado neste capítulo a utilização de revisão de literatura. A obra de Paulo Roberto Ribeiro Guimarães, *Brasil-Noruega: construção de parcerias em áreas de importância estratégica* de 2011. O livro contrasta o contexto histórico dos interesses noruegueses trabalhados no Brasil. O livro é utilizado como base argumentativa na compreensão política, expondo a relação estratégica ambiental entrelaçados com os interesses econômicos com a Noruega; com o principal, as possibilidades e o início da tradição das relações.

Visto anteriormente, a política externa norueguesa mantém relações com o Brasil há muitos anos, tornando-se um país bastante ativo em consideração a reuniões de reconhecimento institucional. Dentro dos parâmetros de parceria, a tecnologia brasileira e capacidade política se tornaram atrativos em nível internacional.

Por se tratar de um diálogo bilateral, as visitas diplomáticas eram bastante recorrentes. Guimarães utiliza bastante dos contextos transmitidos pelos ministros de ambos os países, a visita do presidente Luiz Inácio da Silva em setembro de 2007 em Oslo se torna um ponto marcante, visto que refletiu em uma ampliação da agenda diplomática (GUIMARÃES, 2011) e estabeleceu interesses da relação e fortaleceu a parceria da Noruega. O primeiro-ministro da Noruega, Stoltenberg, recebeu o presidente do Brasil e juntos discutiram sobre as questões ambientais e temas de desenvolvimento para obter a paz, contudo, foi uma reunião essencial para tratados futuros referente à cooperação do desenvolvimento sustentável.

Para o Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg, aquele foi “o ato mais relevante de minha carreira política, na esfera internacional, juntamente com a Aliança Global de Imunização por Vacinas”. (GUIMARÃES, 2011, p.79)

De acordo com Guimarães (2011), a Noruega atribui valores ao Brasil referente a diversos tópicos desenvolvimentistas, entrelaçando ao diálogo social norueguês dentro da cooperação. E retornando de outra forma, o Brasil também contribui com tópicos globais que o governo nórdico prioriza, ter parceria com um país comercialmente forte e com propostas em políticas humanitárias e globais faz parte da estratégia norueguesa.

O Brasil aumentava o perfil desenvolvimentista da Noruega, como também cumpria com objetivos econômicos. Por um ponto de vista em análise à política externa, o Brasil está entre os principais países que recebem investimento da Noruega. A porcentagem de exportação brasileira aumentava, entre um dos principais produtos, a alumina se destaca, composto importante para a produção de alumínio, com 48,2% no ano de 2019 (GUIMARÃES, 2011). Sendo caracterizadas como negociações de retorno, visto que a Noruega exporta itens expressivos para o Brasil, os setores energéticos brasileiros ganham força com os investimentos noruegueses, os setores de petróleo e gás se tornam áreas de grande expansão.

Os setores de energia são objeto de estudo bastantes relevantes para entender os motivos da Noruega garantir uma posição controversa em suas exigências ambientais. Apesar de sustentar diretrizes sustentáveis em discursos internacionais, a Noruega financia e é proprietária de grupos acionistas em energia renovável e petróleo.

O próximo tópico é responsável por identificar a movimentação das multinacionais e sua importância no setor financeiro da Noruega, para concluir a utilização territorial da Amazônia brasileira de modo ambíguo. Por fim, de acordo com Keohane & Nye (1989), o poder se concentra em influências e em negociações, o militarismo e a soberania estatal torna-se insuficiente para definir o poder de um ator atualmente. A redistribuição do poder abre espaços para parcerias diversas, entre vários temas, se difere em uma variedade de influências no meio internacional, inclusive, englobando a força política que o ambientalismo carrega.

3.3 STATOIL E PETROBRAS

Diferente da teoria realista, a teoria de interdependência tira o foco apenas do poder das questões militares e estrutura o poder, averiguando a importância no processo político e econômico. A interdependência econômica é o principal foco que usamos ao complementar a política Brasil-Noruega neste tópico. Como duas potências energéticas internacionalmente reconhecidas, a Statoil e a Petrobras se utilizam como premissas de discurso secundário da Noruega, dos investimentos extrativistas e parceria econômica brasileira. Dentro do âmbito ambiental, as duas empresas são conhecidas igualmente por discursos tecnológicos e éticos, prezam por empregar em suas políticas maneirismos ecologicamente responsáveis. A Petrobras, exclusivamente, está na lista de doadores para o Fundo Amazônia.

As empresas mostram certa autonomia dentro das relações de poder e autoria em atores da política mundial, especialmente o entrelaçamento da política ambiental com os interesses comerciais. Surgindo como comprovação da diversidade de atores que performam mudanças na estrutura atual da política, atores importantes na conversação entre dois países que trabalham juntos em uma cooperação internacional. A indústria extrativa opera e tem como relação a defesa ambiental dentre suas políticas comerciais, para propagar o “marketing” de uma gestão ambiental.

Desde a Rio-92, multinacionais se envolveram em defesa da corrida climática, a alerta internacional concebeu envolvimento de organizações internacionais, nacionais e empresas privadas. Aliás, combater a emissão de gases do efeito estufa é responsabilidade de todos que as emitem, as empresas com setores extrativistas, de produção e de larga escala como petróleo, ganham certa notoriedade, apesar de contribuírem economicamente para a alavanca comercial de um país, necessitam de ter controle dentro das legislações e acordos ambientais assinados pelos mesmos.

O processo de barganha é relevante pois se trata de empresas de peso significativo, que teriam que compactuar um desempenho social e ambiental que colaborassem com seu avanço econômico. Isso se adentra na criação de uma gestão ambiental, ou seja, teriam que promover uma administração das atividades econômicas que visem uma responsabilidade de sustentabilidade ecológica.

A Petrobras é uma empresa de estatal brasileiro e atua na exploração e produção de petróleo e distribuição de gás natural⁷. Foi reconhecida por promover uma atividade que busque manter um diálogo com o desenvolvimento da ética ambiental, compactuam com princípios da ONU e mantém relatórios de acompanhamento sustentável. Igual ao constatado anteriormente, a colaboração da Petrobras com o Fundo Amazônia se destaca como 3º maior doador financeiro⁸, movimentando recursos e programas ambientais. De 2011 a 2018 de acordo com o site oficial de fornecimento de dados do Fundo Amazônia (GUIMARÃES, 2011).

As diretrizes corporativas dizem muito sobre a influência da política ambiental inseridas dentro da economia. Por isso, analisar as atividades ambientais dentro das duas grandes empresas de extrativismo dos dois países na relação citada se torna eficaz para progredir com o reconhecimento das atividades ambíguas da Noruega. Pontuando, em como o progresso da propagação do socioambiental se tornam incoesos com os resultados e consequências dos riscos fornecidos pelas próprias empresas.

A Petrobras é uma das maiores empresas de perfuração exploratória de petróleo, as legislações ambientais são obrigatórias uma vez que fornecem uma atividade de risco para a população local. Seguem normas e regulamentos pela ANP (Agência Nacional de Petróleo) O site oficial da Petrobras destaca toda a proximidade que a empresa garante com o meio ambiente, disponibilizando relatórios e formulários de desempenho sustentável.

A Statoil, é responsável pela exploração de combustíveis fósseis por domínio norueguês. Paulo Guimarães em sua obra sobre as relações noruego-brasileira, argumenta que posições comuns em setores de atividades econômicas expressivas, sinalizam em conjunto com complementos de diversas outras áreas. Uma relação harmoniosa e densa, desempenham um avanço comercial com setores similares e interesses de proteção ambiental com o combate dos problemas sociais comuns. Guimarães (2011) destaca como uma forma estratégica de colaboração.

Nas questões de mudança do clima, proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, o governo Stoltenberg não deixa dúvida de que a cooperação com o Brasil é considerada “estratégica”, ao refletir as prioridades da Iniciativa Climática e Florestal Norueguesa e os esforços do

⁷ <<https://petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/>>

⁸

<https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/auditoria/2011_demo_nstracoes_financeiras_parecer_audidores.pdf>

governo brasileiro para redução do desmatamento no âmbito do plano Amazônia Sustentável (PAS). (GUIMARÃES, Paulo. 2011, p.94)

A Statoil se caracteriza por uma fonte econômica responsável por grande parte da entrada de capital na Noruega, a riqueza petrolífera sustenta um pilar da sociedade norueguesa que gera debates atuais. A população idosa gera custos que precisam ser acobertados, e os gastos sociais permanecem.

O desenvolvimento das atividades petrolíferas inserem a Noruega como um fator importante na competitividade internacional, garantindo sua influência em relação com outros países da Europa e em negociações comerciais. Sua parceria com o Brasil se refere ao ponto das plataformas continentais, expandir a produção de petróleo a nível transcontinental, remete ao aumento de produção e desenvolvimento técnico.

Considerar a legislação ambiental ao tratar de atividades exploratórias é o ponto principal, apesar dos setores de combustíveis fósseis se remeterem a grande parte de déficits ambientais, os mesmos são inseridos em vários componentes da lei ambiental. As plataformas continentais de petróleo têm comportamentos obrigatórios referentes à proteção ambiental, abrem projetos sustentáveis e financiam fundos ambientais para maior contribuição de desempenhar certa responsabilidade cobrada.

3.4 Cooperação Internacional dentro do jogo de interesses

A negociação internacional é uma característica principal da interdependência complexa, o econômico-comercial ganha atenção ao se tornar uma força liderante dentro da autonomia de um Estado. Portanto, a cooperação no sistema internacional se torna obrigatória para desenvolvimento dos países. Blocos econômicos e projetos financeiros se tornam uma nova vertente dessa nova era. O processo de barganha se insere dentro da negociação internacional, apesar de em uma relação bilateral há de existir acordos entre as duas partes, é fato que a relação existe de forma não linear, haverá sempre um jogo de interesses em que um país tenha maior soberania. Seja por maior controle financeiro, por maior posse de recursos ou até mesmo por grande porte de influência dentro da agenda internacional. Desse modo, foi analisada a cooperação dos atores no plano internacional e suas buscas de

interesses, englobando as Organizações Internacionais e Estados (GUIMARÃES, 2011).

Dentro da perspectiva teórica citada, já foi explicado a descentralização do poder sobre as questões militares e de segurança, é importante revalidar que mesmo que Keohane & Nye (1989) identifiquem outras fontes além das militares, não afirma a influência militar seja menor, ela ainda se faz importante nas dimensões políticas, só não se torna a principal. Essa assimetria dentro da dinâmica de interdependência gera certa disputa entre os atores, onde o resultado depende do poder de barganha de cada um, especialmente de sua influência na arena internacional. Dentro da dissociação dos poderes militares, entramos em duas dimensões da interdependência, a sensibilidade e a vulnerabilidade.

Os dois conceitos apresentados se referem a balança de poder dentro da teoria, a maneira em como os atores agem, como lidam com as situações e possibilidades de influência em resultados. A sensibilidade se refere à capacidade de um país de fornecer uma resposta imediata a uma ação, sem mudanças do parâmetro político interno. A vulnerabilidade de outra forma, lida com a capacidade de um controle em resultados entre os atores internacionais por meio de uma influência no cenário internacional.

Após averiguar os conceitos dos termos, aplicar na cooperação envolvendo a Noruega e o Brasil facilita na análise de sua relação bilateral, ambos se situam em uma relação constante de jogos de interesses, dentro dos setores de energia e marítimos. Ao analisar o desenvolvimento e influência que a Noruega expõe, é de consenso que dentro de uma relação de poder e jogo de barganha, o país nórdico garanta certa capacidade de alterar de acordo com seu interesse, promovendo uma visão da vulnerabilidade. Ademais, isso não exclui a posição de poder do Brasil, seu poder de barganha acarreta grande peso na política internacional, manter uma cooperação econômica-comercial com o Brasil se torna essencial para que a Noruega mantenha sua estratégia de expansão.

A relação com as organizações internacionais é bastante específica dentro da teoria, visto que sua relação com os Estados se tornou uma discussão principal de defesa argumentativa, caracterizados como atores interdependentes na arena internacional. Dentro das relações internacionais, o fornecimento da diversidade de atores influencia na política internacional, abrange a força que as organizações internacionais aderem dentro da autonomia de um país. Foi aplicado como exemplo

as duas companhias citadas anteriormente. Petrobras e Statoil é uma extensão dentro da relação Brasil-Noruega, símbolos de resultado de jogos de interesse dentro dos setores de energia, avanço comum entre as duas nações, o Brasil é uma chave estratégica para a internacionalização da Statoil (GUIMARÃES, 2011). Uma área de expansão em conjunto trabalham para atingir novas tecnologias, a cooperação Petrobras-Statoil é pontuada por Guimarães como significativa dentro dos níveis de produção:

O potencial de sinergia entre Petrobras e Statoil levou o presidente da estatal norueguesa do petróleo a afirmar: “Temos certeza do valor de uma aliança estratégica maior [...]. O desenvolvimento de uma indústria nacional forte e competitiva, onde a Statoil e a Noruega possuem um histórico de sucesso, também é tema de interesse da Petrobras [...] temos experiência no desenvolvimento da cadeia de valor do gás, assunto no qual o Brasil está na fase menos avançada, e a Statoil pode dar contribuição. (GUIMARÃES, 2011, p.112)

Considerou a utilização de uma visão estratégica da política internacional aplicada no Brasil, é notável a dependência mútua que os dois países mostram em manter no desenvolvimento do outro, essa união é perspicaz e bem estratégica, um extenso alinhamento no progresso econômico, tecnológico e sustentável.

4 IMPLEMENTAÇÃO INDUSTRIAL NORUEGUESA E AUSÊNCIA DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO BRASIL

Geradas pela união e jogo de interesses entre a relação Brasil-Noruega, foi aprofundado a indução desse consenso político aplicado na cooperação que se abrange nas questões ambientais. O terceiro capítulo é um estudo de caso referente a um vazamento de resíduos que ocorreu no ano de 2018. No Estado do Pará, na cidade de Barcarena. O polo industrial foi analisado, considerando os parâmetros políticos e a reação das autoridades na época, buscando expor os dados referente às normas falhas e à falta de responsabilidade ambiental a partir da Hydro-Alunorte.

O caso entra para responder a pergunta central sobre a possibilidade da Noruega contribuir com políticas prejudiciais no Brasil. Um país, como visto anteriormente, que faz não só acordos ambientais e distribui ajuda financeira em projetos com diálogos sociais, mantém uma parceria em acordos comerciais e econômicos.

Portanto, o capítulo se estrutura em uma abordagem de apresentação do ocorrido mediante estudo de caso, atribuindo um entendimento técnico e lógico das justificativas apresentadas à mídia sobre o vazamento de resíduos como resposta da empresa responsável. O comportamento da empresa referente a tragédia é o mais importante ao analisar, visto que a quebra de normas de segurança e ética ambiental entra em questão primordial ao abordar a responsabilidade socioambiental.

Foi utilizado gráficos e fotos como fonte de dados para base argumentativa. Após a tragédia e investigação do caso, tensões diplomáticas sucumbiram à harmonia da relação bilateral. Devido a inicial persistência da empresa norueguesa de admitir a responsabilidade do caso, uma análise territorial fornecida por fotos e vídeos foi de tamanha importância para identificar falhas de segurança na empresa responsável pela indústria.

Por fim, abordar os impactos ambientais finaliza a dúvida da posição atribuída à Noruega. O caso de Barcarena não só atribui uma falha explícita de uma responsabilidade ambiental e social, como também fornece uma quebra diplomática ao problema, impondo maior importância à perda do econômico-comercial do grupo norueguês Norsk Hydro, do que cumprir com acordos ambientais.

4.1 Caso de Barcarena, 2018: O Chernobyl da Amazônia

O estudo de caso a seguir resume um dos maiores atos prejudiciais da Noruega no Brasil, envolvendo crimes ambientais e um vazamento que atingiu várias comunidades, entre elas: ribeirinhas e quilombolas. A partir deste estudo, utilizando como base principal o livro de Torkjell Leira chamado *A luta pela floresta*, iremos chegar a conclusão quanto à posição ambiental da Noruega no Brasil.

No início do ano de 2018, na mesorregião metropolitana de Belém, a cidade de Barcarena, que se destacava como sede de rede de investimentos nos setores de mineração, presenciava uma das piores contaminações tóxicas provenientes de vazamentos da empresa de produção de alumina no Pará, a Alunorte (Alumina do norte do Brasil S.A). É importante destacar que a Alumina pertence ao grupo norueguês Norsk Hydro, portanto, ao se referir a Hydro, igualmente se refere a Alunorte.

As contaminações surgiram de vazamentos dos depósitos de rejeitos tóxicos do processo de mineração e refinamento da bauxita para obtenção de alumina, composto químico intermediário para a produção de alumínio. A lama vermelha inundou fontes de água potável e foi urgentemente relatada pelos habitantes da região, pelo contexto técnico de falhas de repressão correta dos minérios, hydro foi acusada.

Figura 3- Barragens de rejeitos de Bauxita da Alunorte



Fonte: Amazônia Real, (2018)

No esclarecimento inicial, a empresa assegurou que todas as suas operações ocorriam de modo seguro e que os depósitos de rejeitos não prosseguiram com

nenhum vazamento. Portanto, Alunorte negou qualquer envolvimento com o escoamento do líquido vermelho em áreas habitadas. Não demorou muito encontrar o autor deste crime, e logo fotos e vídeos do plano industrial foram vazados nos meios de comunicação e a fábrica da Hydro foi exposta. O próximo passo seria averiguar as falhas técnicas e o comprometimento do grupo noruguês no gerenciamento do caso.

Mediante as denúncias feitas pelas comunidades, o Ministério Público Federal requereu ao Instituto Evandro Chagas (IEC) uma perícia para determinar a fonte exata do vazamento por teste com coleta da água, posteriormente ao pedido, foi confirmado que os resíduos são originários das barragens da Hydro Alunorte. Foi encontrado nas amostras níveis alarmantes de chumbo, nitrato e alumínio (AMAZÔNIA REAL, 2018).

De modo estrutural, para descobrir por onde havia ocorrido o vazamento, foi constatado por mapas e imagens de satélite, os vestígios de "dutos clandestinos" localizados distantes dos depósitos. A empresa apesar de assegurar total segurança do funcionamento técnico da fábrica, alegou que incoerências nos dutos de concreto existiam, que não estavam selados e permitiram que a enxurrada levasse os resíduos tóxicos para as nascentes do rio, como visto na Figura 4.

A discussão sobre a responsabilidade obstruída da empresa é importante, pois eram mais de um duto, e ao negar a existência deles, negava a veracidade da urgência do problema. Os dutos foram descobertos perante investigação não só das autoridades, como dos próprios cidadãos. Ao descobrir a existências deles, foi de urgência técnica selar todos eles, é importante destacar que apesar de auxílio nas investigações, manter os dutos contrariam normas técnicas, apenas deixa explícito o quão irrelevante a empresa considera a responsabilidade socioambiental.

Figura 4 - Duto clandestino encontrado na região da Hydro



Fonte: Amazônia Real. Retirada do Instituto Evandro Chagas (2018).

O duto de 500 centímetros de diâmetro notificado pelo MPF, consta ter sido construído de acordo com a legislação ambiental brasileira, sendo portanto controverso, visto que o duto do DRS-2 tinha despejo direito de resíduos tóxicos em áreas da floresta e reservatórios de água das comunidades. Apesar de ocorrer chuvas torrenciais, as áreas que mantêm o lixo tóxico precisam ter no mínimo 1 metro de distância da borda, mesmo com chuvas fortes, é necessário que tenha uma distância limite propriamente para evitar inundações.

A catástrofe ambiental era iminente, pois já era conhecida a capacidade do acidente atingir mananciais hídricos, resultando no desamparo de grande parte da população que depende da utilização da água e da terra daquele local. O crime ambiental atingiu comunidades quilombolas, indígenas e subsistências das populações ribeirinhas.

Apesar da coloração da lama estar evidente de acordo com a notícia, o solo utilizado para consumo próprio está contaminado há bastante tempo por excesso de propriedades químicas despejadas incorretamente. De acordo com o editorial da agência Amazônia Real⁹, em uma entrevista realizada com Ângela Maria Vieira, a comunidade sofre e pede socorro depois que ocorreu a tragédia. A presidente do Conselho Fiscal da Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia (Cainquiama) cita:

“Estamos pedindo socorro. Depois do que aconteceu sexta (16) para sábado (17), a gente espera o pior por aqui. Eu tenho 59 anos, e durante esse tempo de vida eu nunca vi uma comunidade assim ir para o fundo. E o pior, ir para o fundo com água contaminada.” (Instituto Humanitas Unisinos)

Os componentes químicos encontrados na água podem causar câncer e doenças gástricas para a população. O desastre ambiental se mostra mais profundo, o processo de revolta com a empresa extrativista não surge apenas na inundação de 2018, os danos ambientais pela mineradora já possuem um longo histórico. Desde o momento que a mineradora iniciou suas atividades, as denúncias envolvendo problemas com despejos tóxicos ao redor de Barcarena iniciaram.

A Hydro Alunorte já foi multada pelo Ibama, de acordo com a agência de notícias Amazônia Real, os motivos são comuns e familiares. As 3 multas ambientais aplicadas na empresa eram referentes a crimes ambientais relacionados

9

<<https://amazoniareal.com.br/vazamento-de-rejeitos-da-hydro-alunorte-causa-danos-socioambientais-em-barcarena-no-para/>>

a poluição de vazamento de rejeitos de mineração da barragem no rio Murucupi. De acordo com a base legal dos processos ambientais, a empresa não reconhece envolvimento em vazamentos tóxicos e se mantém indiferente ao pagamento das multas aplicadas.

O conceito de responsabilidade socioambiental, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), está ligado com ações que promovam o respeito ao meio ambiente e políticas que tenham como principais objetivos a preservação. Apesar do reconhecimento oficial das autoridades, a empresa evitava trazer mais atenção para mídia, reconhecida apenas parte da responsabilidade do ocorrido, esperava que fosse apenas uma tragédia que poderia tomar medidas cabíveis com multas ou distribuição de água potável para a população. Mas o Caso de Barcarena não seria tão facilmente silenciado, o processo de providências alavancou maiores proporções ao chegar na mesa do Ministro do Meio Ambiente.

Desde que a notícia do crime ambiental teve contato com Sarney Filho, o ministro do meio ambiente de 2018 se intrigou no momento em que a Norsk Hydro se notificou como autor de vazamentos tóxicos. Se faz a primeira ligação de como política se altera com o ambiental, o mesmo consta em uma entrevista, que a Noruega era um parceiro em uma cooperação bilateral com participação acionária em projetos de proteção territorial na Amazônia, por isso era justificável o comportamento do governo brasileiro na busca de respostas e admissão responsável da Noruega (LEIRA, 2020).

Na entrevista à TV Globo, Sarney Filho usou a participação acionária do Estado norueguês na Hydro como um argumento para a reação implacável do governo brasileiro. "Este vazamento é muito sério. A empresa pertence ao Estado Norueguês, portanto devia ser mais responsável, principalmente operando na Amazônia", disse (LEIRA, Torkjell, 2020)

Sarney (2020) aponta algo crucial dentro do debate político, a Noruega atua fortemente dentro da Amazônia com projetos de proteção, contribuindo com centros de pesquisa com cientistas noruegueses e o mais importante, financia para que a preservação se mantenha a partir de resultados positivos. Dentro do acordo de firmamento do Fundo Amazônia, está explícito que a doação é mediante aos resultados que o Brasil obteve na diminuição das mudanças climáticas e desmatamento da Amazônia.

Se torna incoerente ao mesmo tempo que o país atua com multinacionais de grande porte nos setores de energia e minério. Mesmo seguindo a legislação ambiental brasileira no âmbito legal, manter empresas extrativistas que projetam grandes danos ao longo prazo na população e região, contradiz a corrida contra degradação florestal esperada pelo Brasil.

As tensões diplomáticas são visíveis desde 2017, com a posse de Michel Temer. Os escândalos do atual presidente disparavam pela mídia brasileira, os casos de corrupção estamparam sua reputação dentro da Câmara, mas dentro da agenda internacional e do âmbito ambiental, importava a barganha feita pelos interesses de Temer.

A troca de manter uma legislação ambiental regulada e preservação da Amazônia brasileira por votos necessários a seu favor. Como Leira (2020) cita, se referindo ao jornal O Globo, Temer utilizou proteção ambiental como uma troca de moeda; um meio de barganha. A força que o ator ambiental propõe na política recapitula o entrelaçamento da teoria de interdependência complexa, influência e relação de poder sobressaem de diversas formas.

O Brasil enfrentava os movimentos ambientalistas, organizações não-governamentais e ativistas autônomos que acompanhavam o regresso das políticas de proteção da Amazônia. Protestavam contra os investimentos petrolíferos no Brasil. É importante ressaltar que nacionalmente, a bancada ruralista trazia o conservadorismo problemático para a política ambiental brasileira, o apoio do governo Temer com influências da bancada é um das justificativas de postergar a Amazônia. Não englobando só uma temática florestal, mas incluindo uma causa humanitária a partir que fere direitos de comunidades da região.

O desastre socioambiental nas comunidades foi muito além de apenas contaminação territorial. De acordo com o Instituto Humanitas Unisinos (2022), dentro de entrevista e artigos disponibilizados no site oficial sobre o ocorrido, propuseram uma investigação focada nos danos irreparáveis à saúde da população. Pessoas que viviam ao redor do polo industrial de alumínio tinham presenças de metais pesados no corpo superior a de moradores de cidades distantes, a população afetada não tinha acompanhamento com médicos sobre o porte da contaminação, não tinham acesso nem a um toxicologista. Muitos morriam sem saber a causa.

O Instituto Humanitas Unisinos (2022) forneceu uma entrevista com um dos habitantes de Barcarena. Sua história na região começa pela migração à procura de

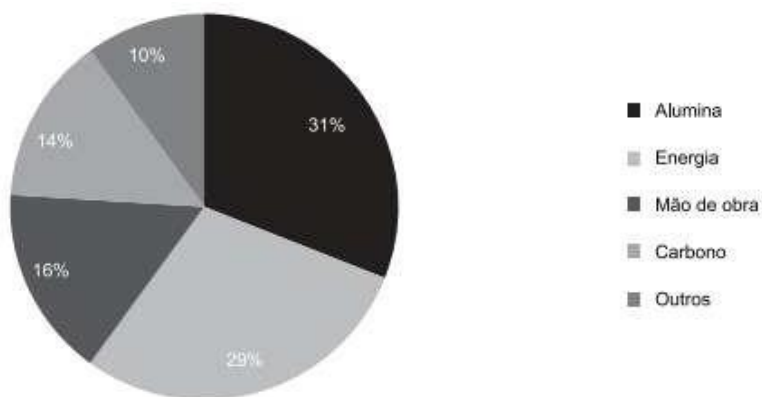
uma inserção socioeconômica, no período do aumento das oportunidades de emprego distribuídas pela mineradora no início de sua expansão comercial. Gervásio Ferreira Vida, de 65 anos, vive há 19 anos nessa realidade, indignado pela situação dos resíduos tóxicos ser mantida até hoje, sem previsões de garantir uma qualidade de vida para as comunidades ali presentes. Se livrar totalmente da contaminação se torna imprevisível no momento em que uma empresa daquele porte adere seu plano industrial. Gervásio (2022) se refere a Barcarena como uma Chernobyl do Brasil. O caso de Barcarena não lida com exposição de compostos nucleares e sim com bioacumulação de resíduos, mas é importante relatar a visão dos moradores, a comparação confirma as ações prejudiciais que afetam a região (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2022).

4.2 A relevância da produção brasileira de bauxita

O uso territorial da região para atividades extrativistas condiz com a produção interna e reservas minerais do Brasil. De acordo com o IBRAM¹⁰ (2009), devido ao grande consumo de energia elétrica necessária para produção do alumínio primário, o Brasil garante uma estabilização na produção. Por um lado, é um fator vantajoso por ter em abundância um tópico necessário para a produção, entretanto, por ser responsável pela maior parte dos custos, influencia negativamente dentro da competitividade do mercado internacional. Com base na figura 5 apresentada a seguir no texto, se esclarece onde se pontua os requisitos e custos dentro de uma produção industrial de alumínio, o Brasil obtém potência energética e estrutura para abranger o nível de produção que a Noruega possui.

¹⁰ Organização privada, sem fins lucrativos e responsáveis com mais de 85% da produção mineral do Brasil

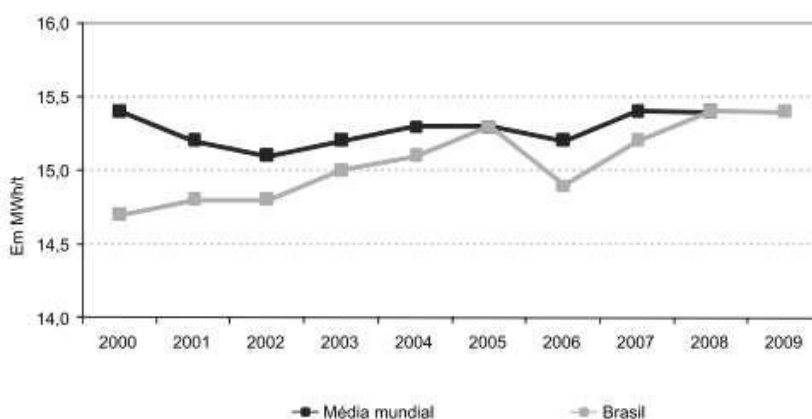
Figura 5- Custo de produção médio mundial de alumínio



Fonte: CRU/ BNDES biblioteca digital. (2018)

O processo de produção do alumínio se torna importante ao tratar da atividade da Alunorte, a obtenção da bauxita para a alumina e o mantimento das barragens de resíduos tóxicos. Ao iniciar, para um processo de fabricação, estratégia territorial é necessária, existem requisitos para que um plano industrial de minério seja instalado, precisa-se de produção de energia elétrica, tecnologia, reservas minerais e mão de obra apropriada. O Brasil domina todos os tópicos, por se tratar de ser uma potência no setor de energia dentro do consumo médio na produção, como relata o gráfico do BNDES, se sobressai como um ator forte na produção mineral.

Figura 6- Consumo médio de energia elétrica na produção de alumínio



Fonte: Abal/ BNDES biblioteca digital, (2009)

O alumínio se tornou um metal com maior produção no Brasil, depois do aço. Conforme o Ministério de Minas e Energia (MME) e Secretaria de geologia, mineração e transformação Mineral-SGM (2009). O Estado do Pará detém 75% da reserva brasileira, englobando tanto a importação quanto a exportação. A bauxita extraída do Estado do Pará é de produção metalúrgica, se adequando a vários tipos de acordos comerciais internacionais de exportação do alumínio primário.

Em base ao relatório técnico do MME (2009), a Alumina do Norte do Brasil S/A possui 40% no refino de Alumina. O nível de reservas e o tipo de bauxita é condizente com o Estado do Pará, a localização das empresas também segue uma linha lógica do tipo da bauxita e localização dos níveis de energia produzida para o processo de refinação.

Utilizando o relatório técnico, a estrutura empresarial da bauxita seguiu certo formato nos anos de 2007 e 2008:

Tabela 1- Estrutura de empresas envolvidas na produção de Bauxita

EMPRESA	GRUPO EMPRESARIAL	LOCAL DAS MINAS (Número de Minas)	CERTIFICADOS	CAPACIDADE PRODUÇÃO(1/ano)
MINERAÇÃO RIO DO NORTE - MRN	VALE(40%) BHP(14,85%) ALCAN(12%)CBA(10%) NORSK(5%) ABALCO(4%)	PARÁ (3)	ISO 14001:2000 OHSAS 18001:2006	25 Milhões
COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO-CBA	VOTORANTIM (99,7 %)	MINAS GERAIS (2)	ISO 14.001/2004	3,0 Milhões
MINERAÇÃO CURIMBABA	OXICUR(58%) ALOPAR(42%)	MINAS GERAIS(12)	ISO 9001/0	900 Mil
NOVELIS DO BRASIL	NOVELIS(100%)	MINAS GERAIS(5)	ISO 14.001:2007 OHSAS: 18.0042007	800 Mil
COMPANHIA GERAL DE MINAS	ALCOA (100%)	MINAS GERAIS(10)		630 MIL (ROM)
COMPANHIA VALE DO RIO DOVE - VALE	VALEPAR(32,5%) NYSE(32%) GOV.BRASIL(5,5%)	PARÁ (1)		5,4 Milhões Expansão p/ 10 Milhões
RIO POMBA EMPRESA MINERAÇÃO S.A.	CATAGUASES(100%)	MINAS GERAIS(2)		300 Mil
VARGINHA MINERAÇÃO S.A.		MINAS GERAIS(1)		200 Mil (ROM)
MAGNESTA	PARTIMAG	MINAS GERAIS(1)		50 Mil (ROM)
MINERAÇÃO PELLANÇA		SANTA CATARINA (1)		50 Mil (ROM)
CEPAR.COM. ADM.		SANTA CATARINA (1)		100 Mil (ROM)

Fonte: Relatório Técnico 22. Universo da Mineração Brasileira (DNPM Minérios & minerales nº 308, 2008)

O quadro certifica a posição, localidade e nível de produção da Norsk Hydro. A produção da Alumina tem grande peso dentro do PIB industrial do Brasil. O Ministério da Economia (2012) afirma que o desenvolvimento da produção da Alumina em Barcarena movimentará 56% da produção total.

É importante ressaltar a importância que o segmento do alumínio gera de retorno para a economia brasileira, surge como um ponto que reforça o entrelaçamento com as políticas autoritárias do estrangeiro. No site oficial do Ministério da Economia, o nível de exportação e evolução do setor brasileiro envolve

parcerias comerciais. O bloco econômico ALCA¹¹ é um principal bloco econômico de parceiros da indústria do alumínio, reforçando a livre circulação e expansão de exportação.

4.3 As refinarias Hydro Alunorte e Norsk Hydro no nordeste paraense

A Norsk Hydro ASA foi fundada em 1905, na Noruega. Sediada em Oslo, a multinacional tem como principal atividade a produção e comércio de Alumínio, sendo a terceira empresa no ramo de produção de alumínio no mundo. A Norsk é a organização matriz da subsidiária Alunorte do Norte do Brasil S.A, empresa formada em 1976 do resultado de um acordo bilateral entre Brasil e Japão.

Figura 7- Subsidiária Alunorte do Norte do Brasil S.A



Fonte: Paulo Santo/ Reuters, (2022).

A Alunorte ou Hydro Alunorte tem sua sede localizada em Barcarena, a planta industrial da empresa é uma construção grande, com galpões e silos de capacidades da mesma magnitude e grandes reservatórios destinados para os rejeitos do alumínio, denominadas como DRS1 E DRS2. Os reservatórios foram os tópicos principais dentro da polêmica de Barcarena, de uma visão técnica, os reservatórios são necessários, visto que é inviável descartar os rejeitos tóxicos, portanto, manter eles isolados se torna a única opção.

¹¹ Área de Livre-Comércio das Américas

Figura 8 - Refinaria da Alunorte em Barcarena, Pará



Fonte: Forbes/ Paulo Santos, (2021).

A empresa carrega uma história com a comunidade. O convívio com a contaminação tóxica se tornou comum para a população, utilizar o rio para atividades simples e culturais se tornaram perigosas. Barcarena se tornou um agravante de perigo para a saúde. Como visto na Figura 9, as comunidades lidavam com problemas de saúde devido à bioacumulação inadequada dos resíduos tóxicos, problemas de pele se tornaram comum dentre os sintomas apresentados pelas vítimas do crime ambiental.

Figura 9.- Problemas de pele apresentados pela população



Fonte: Alessandro Falco/ Bloomberg, (2022).

A lama vermelha citada anteriormente é um dos fatores principais que envolvem os meios de contaminação, visto que o processo da bauxita para o alumínio geram resíduos sem possibilidade de descarte. Essa lama se junta com cinzas transferidas dos fornos utilizados para a transformação da alumina. O Instituto Humanitas Unisinos (2022) detalha como componentes responsáveis, os Hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs)¹², mercúrio¹³, entre outros.

É perceptível os resultados a longo prazo da Norsk Hydro, a luta pela justiça se torna sem fim. Vários questionamentos surgem sobre a atuação da empresa, desde a falta de responsabilidade ambiental, até a familiaridade e respeito com comunidades locais.

Figura 10 - Manifestantes em busca de justiça em Barcarena, Pará



Fonte: The Intercept Brasil/ Alessandro Falco, (2022).

O modo como gerenciaram a crise destaca uma operação que preze pela produção e menos para um lado humanitário. Percebia-se um afastamento da empresa com a legislação e políticas brasileiras (LEIRA, 2020). A Associação Cainquiama citada anteriormente, foi uma das organizações que decidiram recorrer contra a Hydro.

A Cainquiama, que representa cerca de 40 mil pessoas em Barcarena, move atualmente cinco ações contra a Hydro no Brasil e uma na corte holandesa, pedindo por reparações socioambientais, exames toxicológicos e indenizações por danos morais e materiais à população. Na ação movida na Holanda, a associação é representada pelo escritório inglês

¹² Substâncias químicas geradas durante a combustão de matéria orgânica.

¹³ Classificado pela OMS entre os dez elementos químicos perigoso para saúde humana

PGMBM, o mesmo que representa internacionalmente as famílias atingidas pelo desastre de Mariana, em Minas Gerais, no ano de 2015, contra a mineradora anglo-australiana BHP (Instituto Humanitas Unisinos, 2022).

Contudo, lidar por ações legais com uma empresa de um porte estrangeiro se torna complicado, pagar multas altas não seria problema para Hydro, os valores era lucros de apenas um mês de suas operações (LEIRA, 2020). A única implementação condizente foi uma sanção que contestava uma redução de 50% da produção, a gestão da Hydro queriam que fossem reconsideradas, pois os investidores foram afetados e as ações caíram.

4.4 O desenrolar da crise e o panorama político pós-Barcarena

Após a apresentação do caso de Barcarena e análise da reação da Hydro Alunorte, chega-se à conclusão de que o governo brasileiro estava se envolvendo em tensão política com a Noruega. O escândalo ambiental de Barcarena, apesar da empresa tentar abafar o caso, recebeu atenção da mídia e dos ambientalistas internacionais. Hydro finalmente teria assumido os vazamentos, seria impossível no momento do escândalo negar o fato, não faltavam provas. Os vazamentos ilegais foram reconhecidos, ocorreu um despejo proposital em Barcarena. (LEIRA, 2020)

A Hydro omitiu a existência dos dutos e dos vazamentos, negou a possibilidade de existir falhas técnicas e ainda ignora qualquer tipo de pedido por parte das comunidades. Isso instantaneamente refletiu sobre a imagem da Noruega, pois uma multinacional norueguesa subsidiada pela Norsk Hydro, instalada no Brasil fugia ao seu comprometimento ambiental.

A comissão externa das bacias de rejeitos de mineração em Barcarena-Pará, publicou o relatório final sobre a vulnerabilidade social e documentos utilizados para contestar a Hydro Alunorte. Conclui-se que a empresa possui déficits quanto às regulamentações que pretendem praticar uma gestão socioambiental. Inclusive, a mesma demonstra um envolvimento com a segurança técnica da empresa, demonstrando uma familiaridade falsa com o cuidado social.

Afirmar uma responsabilidade inexistente se tornou uma ameaça para as comunidades que habitam os retornos da Indústria, negar ainda pedidos de ajuda caracteriza uma fratura na busca pelo perfil desenvolvimentista ambiental, contorcendo as vias de uma nação modelo em políticas sustentáveis.

Figura 11 - Placa informativa da Hydro Alunorte



Fonte: G1, (2021).

A multinacional norueguesa se tornou o ator comum de vários processos, com o caso atingido repercussão internacional, a ação socioambiental relatava os danos causados diante uma corte europeia. Os processos judiciais envolveram os danos ambientais causados à população. Os resultados se tornaram postergados, multas e sanções não confortaram a perda que ocorreu em Barcarena, por isso a luta é contínua.

O Brasil é o país do racismo ambiental e do terrorismo empresarial. O genocídio dos povos tradicionais se dá por expulsão da terra ou envenenamento do solo. Retornando para o documento mais antigo em posse dos quilombolas de Barcarena, nas mãos do seu Bubuia, é possível ler ainda a parte onde o Governo do Estado do Pará é nitidamente chamado de Posseiro. Assim como o documento, essa é a verdade oficial por trás das mazelas desse povo que nunca foi invasor, mas proprietário original. Um povo que nunca contaminou, mas que aos poucos está morrendo envenenado. A prefeitura nega. A Hydro também. (GUIMARÃES,2023)

O pós-crise não passa para os habitantes locais. As manifestações e a resistência se tornaram constantes. No ano de 2023, a resistência das comunidades de Barcarena ainda relata a constante luta por apoio institucional, de acordo com a matéria jornalística escrita por Guimarães (2023), o poder público inviabiliza as populações e a invasão de mineradoras na região.

As denúncias contra a Hydro Alunorte não se tornaram suficientes, abafar dados científicos e moradores é algo destacado pelos locais, a influência que as mineradoras exercem se tornou mais forte que qualquer denúncia (GUIMARÃES,

2023). Barcarena se encontra em uma batalha judicial desde anos 80, uma luta para restabelecer o território de origem de várias comunidades que foram atacadas pelo terrorismo empresarial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi concluído que o Brasil se insere em uma relação desigual, apesar de receber investimentos nos setores industriais de mineração, tem seu território e comunidades violadas. A Noruega está envolvida dentro de uma tradição de irresponsabilidade ambiental por apenas garantir seu perfil social desenvolvimentista no sistema internacional, apoiar o Fundo Amazônia se torna apenas uma forma de residir sua influência no âmbito internacional.

Porém, como visto diante da teoria de interdependência complexa, o relacionamento que os dois países possuem, garantem um jogo de interesses que viabilizam ambos governos. É inviável o Brasil dispensar investimentos externos e apoio empresarial de uma potência como a Noruega.

Igualmente para a Noruega, sua aplicação financeira para projetos de defesa da Amazônia compensa na aproximação com o Brasil, pois a disponibilidade de reservas naturais, mão de obra qualificada e produção energética garantem a estadia do interesse noruegueses no território brasileiro.

Portanto, a tragédia que afetou 40 mil pessoas embasou a dualidade da inserção empresarial internacional no Brasil, igualmente com a avaria das políticas de proteção ambiental e social nas áreas exploradas e de risco. Apesar do vazamento dos resíduos ter responsabilidade norueguesa, é indispensável remediar as medidas protetivas e regulamentos do governo brasileiro na fiscalização das atividades extrativistas.

O Brasil possui um histórico de lidar de modo defasado com as consequências das supostas falhas técnicas dos setores de indústrias de mineração. Tendo em vista seu conhecimento que o território resguarda riscos constantes, se caracteriza como um comportamento negativo diante da priorização ambiental brasileira. Para os países estrangeiros respeitarem as comunidades e a flora brasileira, o próprio país precisa investir em políticas internas de autoproteção.

Contudo, é complexo compreender as possibilidades para coexistir uma defesa total do território florestal brasileiro e as atividades constantes das empresas dos setores extrativistas. A cooperação Noruega-Brasil confirma esse modo de relação ambivalente, ambos países buscam priorizar seus interesses comerciais, no entanto, o desenvolvimento sustentável e políticas rígidas ambientais ficam em segundo plano.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Aimara. **As limitações da aplicação da interdependência complexa no regime internacional de mudança climática (RIMC)**. Biblioteca digital de periódicos da Universidade Federal do Paraná, Revista Conjuntura Global, v. 2, p. 1-18, 2020. DOI 10.5380/cg.v9i2.74633. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/74633/42325>. Acesso em: 18 abr. 2023.
- AMIGOS DA TERRA BRASIL. **Ao invés de defender o povo brasileiro na ONU, Bolsonaro protege transacionais**. Brasil de Fato, 8 nov. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/08/ao-inves-de-defender-o-povo-brasileiro-na-onu-bolsonaro-protege-transacionais>. Acesso em: 1 mar. 2023.
- BARBOSA, Catarina. **Três mulheres de Barcarena: ameaçadas, perseguidas e intimidadas. Meio Ambiente**. Amazônia Real, 22 mar. 2018. Disponível em: https://amazoniareal.com.br/tres-mulheres-de-barcarena-ameacadas-perseguidas-e-intimidadas/?utm_source=Inscritos+no+site&utm_campaign=b315bae743-EMAIL_CAMPAIGN_2018_03_22&utm_medium=email&utm_term=0_eaf96d902a-b315bae743-288499669. Acesso em: 16 nov. 2022.
- BARBOSA, Catarina. **Vazamento de rejeitos da Hydro Alunorte causa danos socioambientais em Barcarena**. Meio Ambiente, Amazônia Real, 23 fev. 2018. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/vazamento-de-rejeitos-da-hydro-alunorte-causa-danos-socioambientais-em-barcarena-no-para/>. Acesso em: 7 mar. 2023.
- BARROSO, Maria Macedo; NICALSE, Natacha. **Culturas morais e políticas de desenvolvimento na Noruega e na União Europeia**. Horizontes Antropológicos, v. 20, p. 51-86, 2014.
- BBC NEWS. **COP26: As críticas do Brasil a relatório da ONU crucial para conferência sobre mudanças climáticas**. BBC News, Brasil, p. 1, 1 nov. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58928120>. Acesso em: 2 ago. 2022.
- CÂMARA LEGISLATIVA. COMISSÃO EXTERNA DAS BACIAS DE REJEITOS DE MINERAÇÃO EM BARCARENA/PA. **Relatório Final**. p. 1-80, 13 nov. 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/55a-legislatura/bacias-de-rejeitos-de-mineracao-em-barcarena-pa/documentos/outros-documentos/relatorio-final-comissao-externa-de-barcarena-com-links>. Acesso em: 28 dez. 2022.
- CARDOSO, José; CARVALHO, Pedro; FONSECA, Paulo; SILVA, Marcelo; ROCIO, Marco. **A indústria do alumínio: estrutura e tendências: Biblioteca digital. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e comércio exterior**, BNDES Setorial 33, p. 43-88. Disponível em:

https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2499/3/A%20BS%2033%20A%20i%20nd%C3%BAstria%20do%20alum%C3%ADnio_estrutura%20e%20tend%C3%Aancia_P.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.

CARNEIRO, Taymã. **Contaminação de rios em Barcarena, no PA, que afeta 40 mil pessoas, vira processo internacional na Holanda**. G1 Pará, G1, p. 1, 9 fev. 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/02/09/acao-coletiva-leva-caso-hydro-no-pa-ra-a-justica-holandesa.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CASARA, Marques. **Mineração predatória na Amazônia Brasileira: Cinco décadas de irresponsabilidade social e ambiental no estado do Amapá**.

Observatório Social, Santa Catarina-Brasil, p. 1-48, maio 2003. Disponível em: http://www.iepa.ap.gov.br/arquivopdf/ftp_pdf/mineracao.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

CLIMAINFO. **União Europeia e Noruega anunciam “aliança verde” por transição energética**. News, [S. l.], 25 abr. 2023. Disponível em:

<https://climainfo.org.br/2023/04/24/uniao-europeia-e-noruega-anunciam-alianca-verde-por-transicao-energetica/>. Acesso em: 10 maio 2023.

COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE A MINERAÇÃO.

Mineração e eleição para presidente. 29 ago. 2018. Disponível em:

<http://emdefesadosterritorios.org/mineracao-e-eleicoes-para-presidente/>. Acesso em: 9 maio 2023.

CORREIA, Gabriele; SIMIONI, Carlos. **Políticas Ambientais e uma possível mudança na matriz energética da indústria automobilística na Noruega**. Uninter, 13 jun. 2023.

EMBAIXADA REAL DA NORUEGA EM BRASÍLIA. Noruega no Brasil. **Novo Acordo de Livre Comércio**, [S. l.], 24 ago. 2019. Disponível em:

<https://www.norway.no/pt/brasil/noruega-brasil/noticias-eventos/brasil/noticias/novo-acordo-de-livre-comercio/>. Acesso em: 8 fev. 2023

EUROPEANWAY. **Por que a Noruega é, sim, um exemplo a ser seguido em temas ambientais: Entre muitas conquistas nessa frente, o país, líder do ranking global de contribuições para o clima e a natureza, tem mais árvores hoje do que há 100 anos**. Meio Ambiente, [S. l.], p. 1, 27 ago. 2020. Disponível em:

<https://europeanway.com.br/por-que-a-noruega-e-sim-um-exemplo-a-ser-seguido-em-temas-ambientais/>. Acesso em: 3 maio 2020.

G1 PARÁ. **MPF recomenda transparência sobre R\$150 milhões em recursos de acordo assinado pela Hydro e Governo do PA**. PARÁ, G1, 4 mar. 2022.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/03/04/mpf-recomenda-transparencia-sobre-r-150-milhoes-em-recursos-de-acordo-assinado-pela-hydro-e-governo-do-pa.ghtml>. Acesso em: 15 fev. 2023.

GIMENES, Erick. **Cor de Sangue: Doenças, sequelas e morte: como gigante do alumínio foi parar na justiça holandesa por contaminação no Pará.** Notícias, The Intercept Brasil, p. 1, 21 out. 2022. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/10/21/norsk-hydro-aluminio-contaminacao-bacarena-para/>. Acesso em: 21 mar. 2023

GOMES, Dioclécio. **Quatro anos do vazamento tóxico da mineradora Hydro, 22 anos de crimes ambientais em Barcarena (PA).** 2022. Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/2022/02/18/quatro-anos-do-vazamento-toxico-da-mineradora-hydro-22-anos-de-crimes-ambientais-em-barcarena-pa/>. Acesso em: 26 maio 2022.

GREENPEACE BRASIL. **Retrocessos ambientais de Temer podem comprometer meta climática do Brasil.** 10 jul. 2018. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/retrocessos-ambientais-de-temer-podem-comprometer-meta-climatica-do-brasil/>. Acesso em: 11 out. 2022.

HYDRO (ed.). **Quem somos.** 2020. Disponível em: <https://www.hydro.com/pt-BR/carreiras/quem-somos/>. Acesso em: 26 maio 2023.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Oslo, capital verde da Europa 2019.** [S. l.], 13 fev. 2019. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/191>. Acesso em: 12 abr. 2023

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Barcarena, uma Chernobyl na Amazônia.** [s. l.], 5 jan. 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/615654-barcarena-uma-chernobyl-na-amazonia>. Acesso em: 11 abr. 2023.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Mineradora norueguesa Hydro AluNorte volta a ser autuada e, em nota, pede desculpas à população de Barcarena (PA).** Hydro, [S. l.], p. 1, 21 mar. 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/577175-mineradora-norueguesa-hydro-alunorte-volta-a-ser-autuada-e-em-nota-pede-desculpas-a-populacao-de-barcarena-pa>. Acesso em: 20 abr. 2023.

INPE (Brasil). Coordenação-geral de Observação da Terra. **Prodes-Amazônia: Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite,** [S. l.], 30 nov. 2022. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes#wrapper>. Acesso em: 8 fev. 2023.

LAZZARI, Paula. **A política norueguesa para o Ártico e a busca de status internacional.** 2020. Trabalho de conclusão de curso (Pós-graduação em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/40554/1/2020_PaulaLazzari.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

LEIRA, Torkjell. **A luta pela floresta.** 1ªed. São Paulo, Brasil: Editora Rua do sabão, 2020.

LOUREIRO, Violeta. **Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir**. Estudos avançados, v. 16, p. 107-121, 2002.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Realism and Complex Interdependence**. In: POWER and Interdependence. 4. ed. [S. l.]: Pearson, 1997. cap. 2, p. 20.

KUGLER, Henrique. **Da responsabilidade à omissão: o papel controverso da Noruega na Amazônia brasileira: Enquanto governo brasileiro usa falsa retórica na gestão ambiental da maior floresta equatorial do planeta, governo norueguês toma atitudes ambíguas entre a responsabilidade e a omissão**. Política Ambiental, OEKO, 3 nov. 2020. Reportagens, p. 1. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/geografo-noruegues-explica-papel-controverso-da-no-ruega-na-amazonia/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

MARCOVITCH, Jacques; PINSKY, Vanessa. **Amazon Fund: Financing deforestation avoidance**, R.Adm, v. 49, n. 2, p. 280-290, abr. 2014.

MARGULIS, Sergio. **Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira**. 1. ed. Brasília: Banco Mundial, 2003. 100 p.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e Colapso ambiental**. 3ªed. São Paulo, Brasil: Editora Unicamp, 2018

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Ambiente em Migração. Comércio Exterior. In: **Alumínio: A indústria Brasileira em 2012**. Ambiente em Migração. Disponível em: <http://mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/contatos/9-assuntos/categ-comercio-e-xterior/479-metallurgia-e-siderurgia-3>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA-MME. Secretaria de Geologia, mineração e transformação mineral-SGM. Setembro de 2009. **Relatório Técnico 22: Perfil da mineração de Bauxita**, [S. l.]: J Mendo Consultoria, p. 1-40, 2009. Disponível em: http://antigo.mme.gov.br/documents/36108/448620/P11_RT22_Perfil_da_Minerao_de_Bauxita.pdf/399bb52a-90df-5b2a-e634-b06ecb1e3008?version=1.0. Acesso em: 19 abr. 2023.

NOBRE, Noéli; OLIVEIRA, José Carlos. **Falhas e possíveis crimes foram causa de vazamento de rejeitos minerais em Barcarena (PA), conclui comissão**. Meio ambiente e energia, Câmara dos deputados, 13 nov. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/547869-falhas-e-possiveis-crimes-foram-causa-de-vazamento-de-rejeitos-minerais-em-barcarena-pa-conclui-comissao/>. Acesso em: 14 fev. 2023.

OILPRICE. **Noruega está expandindo suas operações de perfuração de petróleo no Ártico**. Ineep, 25 jun. 2020. Disponível em: <https://ineep.org.br/noruega-esta-expandindo-suas-operacoes-de-perfuracao-de-petroleo-no-artico/#:~:text=Por%20Charles%20Kennedy%20%E2%80%93%20A%20Noruega,Petr%C3%B3leo%20e%20Energia%20na%20quarta%2D>. Acesso em: 8 fev. 2023.

PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. **Corrente do Golfo pode parar, diz estudo**. News, [S. l.], 2011. Disponível em:

<http://pbmc.coppe.ufrj.br/index.php/en/news/682-corrente-do-golfo-pode-parar-diz-estudo>. Acesso em: 25 maio 2023.

PASSARINHO, Nathalia. **COP26: Brasil, China e mais de cem países assinam acordo para zerar desmatamento até 2030**. 2 nov. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59065368>. Acesso em: 30 nov. 2021.

PASSARINHO, Nathalia. **COP26: Por que Brasil é crucial para evitar efeito catastrófico das mudanças climáticas**. BBC News, Brasil. 1 nov. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59040717>. Acesso em: 2 ago. 2022.

PLANT PROJECT. **O país mais verde do mundo. Atualmente, não é exagero dizer que a Noruega está entre os países mais verdes do mundo**, [S. l.], n. 36, 15 maio de 2023. Disponível em: <https://plantproject.com.br/2023/05/o-pais-mais-verde-do-mundo/>. Acesso em: 24 maio 2023

PINTO, Débora. **Escritor norueguês analisa a relação ambígua de seu país com a Amazônia: “Somos parte da solução e do problema”**. Notícias Ambientais para informar e transformar, Mongabay, p. 1, 30 nov. 2020. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2020/11/escritor-noruegues-analisa-a-relacao-ambigua-de-seu-pais-com-a-amazonia-somos-parte-da-solucao-e-do-problema/>. Acesso em: 3 maio 2022.

PINA, Rute. **Lideranças em Barcarena (PA) temem perseguições após 2º assassinato em 3 meses: O líder comunitário Paulo Sérgio Almeida Nascimento foi morto a tiros na madrugada desta segunda (12)**. Violência no Pará, Brasil de Fato, 12 mar. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/12/liderancas-em-barcarena-pa-temem-persegui-coes-apos-2o-assassinato-em-3-meses/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

PUC-RIO. **Poder e interdependência**, [S. l.], p. 19-42. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/19569/19569_3.PDF. Acesso em: 18 jan. 2023.

PULICE, Carolina. **Da Noruega ao Pará: as contradições da mineradora Hydro Alunorte: Acusada de ter dutos irregulares para despejar água contaminada no rio Pará, a norueguesa Hydro Alunorte se vê envolvida em discussão de responsabilidades**. Exame, 19 mar. 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/da-noruega-ao-para-as-contradicoes-da-hydro-alunorte/>. Acesso em: 24 nov. 2022.

QUARESMA, Luiz Felipe. **Perfil da Mineração de Bauxita**. 22. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - Sgm, 2009.

RODRIGUES, Jondison; HAZEU, Marcel. **Projetos de infraestrutura, desastres e indicativos para novos desastres em Barcarena, Pará, Brasil**. Desenvolvimento Regional em debate, Revista eletrônica do Programa de Mestrado em desenvolvimento regional da Universidade de Contestado, v. 9, p. 818-838, 2019.

REI, Fernando Cardozo Fernandes; GONÇALVES, Alcindo Fernandes; DE SOUZA, Luciano Pereira. Acordo de Paris: reflexões e desafios para o regime internacional de mudanças climáticas. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 14, n. 29, p. 81-99, 2017

RODRIGUES, Noeli. **Teoria da Interdependência: os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade nas Organizações Internacionais**, Conjuntura Global, v. 3, n. 2, p. 107-116, abr. 2014.

SANTANA, André Luiz. **Alumínio**. Sumário Mineral 2013, DNPM, p. 1-2, 2013. Disponível em:

https://sistemas.anm.gov.br/publicacao/mostra_imagem.asp?idbancoarquivoarquivo=8964. Acesso em: 2 fev. 2023.

SANTOS, Ana; SOUZA, Kelvin. **Desastres ambientais e intolerância à ciência: a cobertura da imprensa paraense e as disputas narrativas em torno do caso Hydro em Barcarena**. III Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais, p. 1-9, 2019. Disponível em:

<https://midiaticom.org/anais/index.php/seminario-midiatizacao-resumos/article/view/877/853>. Acesso em: 7 mar. 2023.

SENRA, Ricardo. **Mineradora norueguesa tinha ‘duto clandestino’ para lançar rejeitos em nascentes amazônicas**. BBC NEWS Brasil, p. 1, 23 fev. 2018.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43162472>. Acesso em: 29 set. 2022.

SHARE data: **The Hydro Share**. [S. l.], 2023. Disponível em:

<https://www.hydro.com/en-BR/investors/the-hydro-share/share-data/>. Acesso em: 6 abr. 2023.

SILVA, Rodolfo. **A política externa brasileira para o meio ambiente: Antecedentes e evolução da agenda até a RIO+20**. Revista de Relações Internacionais da UFGD Dourados, v. 1, n. 2, p. 118-139, 2012.

UNISINOS, Instituto Humanitas (org.). **Da responsabilidade à omissão: o papel controverso da Noruega na Amazônia brasileira**. 2020. Disponível em:

<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/604351-da-responsabilidade-a-omissao-o-papel-controverso-da-noruega-na-amazonia-brasileira>. Acesso em: 25 maio 2023.

SOUZA, Maria; CORAZZA, Rosana. **Do Protocolo Kyoto ao Acordo de Paris: uma análise das mudanças no regime climático global a partir do estudo da evolução de perfis de emissões de gases de efeito estufa**. Desenvolvimento e meio ambiente, UFPR, v. 42, p. 52-80, dez. 2017

TERRABRASILIS. **Taxas de desmatamentos**. Prodes (Desmatamento). Disponível em:

http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 22 mar. 2023.

GIOSTRI, Graziella; NASCIMENTO, Renata. **A estratégia mundial de REDD+: desafios e oportunidades no Brasil, especialmente, na floresta Amazônica.** Revista Conexão Ciência, [S. l.], p. 139-150, 15 jun. 2016.

GUIMARÃES, João. **“EXISTIMOS” – A RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES EM BARCARENA (PA) FRENTE À INVISIBILIDADE IMPOSTA PELA MINERAÇÃO E O PODER PÚBLICO.** FASE, [S. l.], p. 1, 17 jan. 2023. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/noticias/existimos-a-resistencia-das-comunidades-em-barcarena-pa-frente-a-invisibilidade-imposta-pela-mineracao-e-o-poder-publico/>. Acesso em: 31 maio 2023.

REUTERS. **Hydro investirá R \$1,3 bilhão para trocar combustível da refinaria de Alunorte.** Forbes, [S. l.], p. 1, 13 dez. 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesesg/2021/12/hydro-investira-r-13-bilhao-para-trocar-combustivel-da-refinaria-de-alunorte/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Amazônia Legal: Mapas regionais.** IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html>. Acesso em: 4 abr. 2023.